

ELO

Associação dos Deficientes das Forças Armadas

Director: António Carreiro Ano XXIV Mensário, Abril 1998 Nº274 Preço 140\$00

• Laranjeiro/Almada

Associados reúnem com a DN, tendo como meta a criação de um núcleo nestas localidades.

página 4

• **CNRIPD** As associações com assento neste Conselho apoiam críticas da ADFA ao Estatuto das ONGPD.

página 5

• **Viúvas** Continua a não ser reconhecido o direito a pensão que garanta viver com um mínimo de dignidade.

página 13

• **Internet** No quente virtual do seu computador leia a realidade fria e dura dos militares portugueses na Bósnia.

página 15



PORTE PAGO

Sob o signo da luta

24 Aniversário

As comemorações do 24.º aniversário da ADFA vão ter lugar em Santa Maria da Feira. Durante os meses de Maio e Junho, colóquios, exposições, actividades desportivas e culturais darão continuidade ao espírito associativo dos últimos anos.

É previsível que estas comemorações sejam fortemente marcadas pelo enorme descontentamento, bem patente nos associados, devido à interminável espera por nova legislação, alguma já com projectos de decreto-lei aprovados pelo Ministério da Defesa, há vários meses.

página 16

Os números de 1997

Relatório de Actividades e Contas apresentado pela Direcção Nacional

página 6 a 14

Assembleia Geral Nacional Ordinária Convocatória

A Mesa da Assembleia Geral Nacional, ao abrigo da alínea a) do artigo 25º dos Estatutos, convoca todos os associados para a Assembleia Geral Nacional Ordinária, que se realizará na Cidade de Coimbra, às 14h00, do dia 18 de Abril de 1998, no Auditório da Faculdade de Economia de Coimbra, sita na Av. Dias da Silva, 165, com a seguinte ordem de trabalhos: 1 - Analisar e votar o parecer do CN sobre a execução do orçamento de 1997 da ADFA (alínea c) do artigo 34º); 2 - Discussão e votação do Relatório de Actividades do CN, do Relatório e Contas da DN e analisar o parecer do CFN (alínea b) do artigo 34º); 3 - Proposta de actualização de quotas para 1999 (alínea e) do artº 34º); 4 - Ratificação da proposta aprovada na reunião do Conselho Nacional de 31 de Janeiro de 1998 no sentido de ser constituído um Conselho Consultivo, a título experimental, para substituir os Conselhos de Reabilitação, Económico e Jurisdicional, até à próxima revisão estatutária; 5 - Ponto da situação sobre reivindicações legislativas; 6 - Informações da DN.

Nota: A Faculdade de Economia fica junto ao Penedo da Saudade; para mais esclarecimentos, em relação ao local da realização da A.G.N.O., poderão contactar a Delegação de Coimbra - (039) 27712.

Lisboa, 20 de Fevereiro de 1998

A Mesa da Assembleia Geral Nacional
Jorge Manuel Garrido Pardal Maurício (Presidente)



O Dia dos Cravos

Jamais os deficientes das Forças Armadas deixarão de se emocionar, até às lágrimas, na comemoração do 25 de Abril, nele revivendo o contributo da sua dádiva de vida, de membros e de sangue. Vinte e quatro anos passados sobre o dia da libertação, a Nação continua a regatear o reconhecimento e reparação aos que, ingloriamente, serviram a Pátria, abnegada e lealmente, em combate e em serviço com nexos ou sem nexos. Morremos, em média, aos 51 anos; mas podem os políticos desesperar que os incomodaremos até ao último, porque nos nossos corpos cravejados de balas, minas e sofrimento não se apaga o espírito do dia dos cravos, vivendo na alma um grito perene de liberdade, de justiça, de esperança. Para sempre.

Leia "Um Abril ainda sombrio"

página 3

Ficha técnica

ELO

PROPRIEDADE

Associação dos Deficientes das Forças Armadas
Email: adfa@mail.telepac.pt
Internet: http://www.adfa-portugal.com

ADMINISTRAÇÃO E REDACÇÃO

Av. Padre Cruz - Edifício ADFA
1600 LISBOA
Telefone: (01)7570502
7570583 / 7570645
Fax: 7571319

DIRECTOR

António Carreiro

REDACÇÃO

Rafael Vicente (editor),
Nuno Costa Gomes (norte)
Farinho Lopes (fotografia),
Maria José Carriço (secretariado)

COLABORADORES

Abel Fortuna, Armando Guedes da Fonte, Carlos Mendes, Helena Afonso, Hugo Guerra, Jaime Ferrer, Jerónimo de Sousa, José Diniz, José Maia, José Monteiro, João Gonçalves, José Valente dos Santos, Lia Katali, Patuleia Mendes, Sá Flores.

CONCEPÇÃO GRÁFICA

Maquetagem
João Conceição

PRÉ-IMPRESSÃO

Grafibarra, Artes Gráficas, LDA
Quinta da Piedade, Lt. 93-A 7°C
2625 Póvoa Santa Iria
Tel./FAX: 956 62 63

MONTAGEM

Tipografia Escola da ADFA
Rua da Artilharia Um
1070 Lisboa
(Anexo do Hospital Militar Principal)
Tel. 385 35 93

IMPRESSÃO

Imprejournal Sociedade de Impressão, SA
Av. Infante D. Henrique, 334
1990 Lisboa
Tel. 851 21 88

GRAVAÇÃO DO ELO SONORO

Centro de Produção de Material da Segurança Social de Lisboa e Vale do Tejo

Depósito Legal: 99595/96

Mensário distribuído gratuitamente aos associados em situação legal.

ASSINATURA ANUAL

1 400\$00.

Os textos assinados não reproduzem necessariamente, as posições da ADFA ou da Direcção do ELO, sendo da responsabilidade dos seus autores.

Tiragem deste número
9 500 exemplares

Encontro das mulheres



No passado Sábado, dia 21 de Março, a ADFA organizou, na Sede, um encontro com as mulheres dos deficientes, subordinado ao tema Reintegração das Pessoas Deficientes.

O objectivo desta iniciativa é escutar a voz de quem durante tantos anos foi esquecido. Participaram cerca de 12 mulheres, entre viúvas, esposas e mães e cerca de 20 associados, todos colaborando activamente neste evento.

A celebrar o dia em que nasceu a Primavera, houve um momento musical, com a "Primavera" de Vivaldi, executada por jovens músicos da Academia de Música de Santa Cecília. Os participantes confraternizaram vivamente durante o almoço e assinalaram ainda o dia da Árvore, tendo plantado uma nogueira no jardim da Sede.

Isenção sem dúvidas

A ministra da Saúde, Maria de Belém, definiu orientações sobre as isenções de pagamento de taxas moderadoras, por despacho de 24 de Julho de 1997, depois de ter tomado conhecimento das dúvidas sobre a aplicação do disposto na alínea j) do nº 1 do artigo 2º do Decreto-Lei nº 54/92, de 11 de Abril. No âmbito deste Decreto-Lei estão isentados de pagamento de taxas moderadoras os Deficientes das Forças Armadas, na situação de reforma extraordinária ou de beneficiário de pensão de invalidez, com incapacidade permanente não inferior a 50 por cento, ficando em igualdade de circunstâncias com os pensionistas de doença profissional com grau de incapacidade permanente global não inferior a 50 por cento.

A prova de incapacidade faz-se mediante apresentação do cartão de Deficiente das Forças Armadas e de declaração passada pela Caixa Geral de Aposentação mencionando o grau de incapacidade e a qualidade de pensionista por invalidez ou de beneficiário de pensão de reforma extraordinária.

Excursão ao Porto

Como já foi noticiado, este ano, as comemorações do 24º Aniversário da ADFA, realizar-se-ão na cidade de Stª Maria da Feira, organizadas pela delegação do Porto. De entre as diversas acções a realizar haverá um almoço, no dia 17 de Maio, Domingo, com animação a cargo dos associados.

A Sede organizará uma excursão para os sócios interessados em participar nesta iniciativa, se o número de inscritos o justificar, pelo que deverão contactar os serviços da Sede (ext. 228).

Empréstimos em 1998

O Serviço de Acção Social (SAS) informa que os beneficiários do Instituto

de Acção Social das Forças Armadas (IASFA) podem encontrar as Normas para a Concessão de Empréstimos a Vigorar em 1998 na Sede Nacional, nas delegações e nos núcleos da ADFA.

Turnos de férias 1998

A Sede Nacional e as delegações da ADFA têm à disposição dos associados as Normas Reguladoras para Aplicação de Turnos de Férias e Repouso e Regime de Messe, bem como as Tabelas de Preços para 1998, documentos emanados do Ministério da Defesa Nacional pelo Instituto de Acção Social das Forças Armadas (IASFA).

Campanha ADFA Famalicão

Informa-se todos os associados que estejam interessados em contribuir para a campanha de donativos para a nova sede social da Delegação de Famalicão, que poderão fazê-lo, directamente na Delegação ou no Núcleo de Guimarães, através de cheque, vale postal, ou fazendo o depósito no Banco Espírito Santo, através da conta nº 608/07454/000.2.

A contribuição efectuada, pode ainda ser abatida para efeitos de IRS, mediante solicitação do recibo. A proposta desta campanha foi apresentada pela direcção da Delegação, tendo sido aprovada e ratificada por unanimidade pela Assembleia Geral de Delegação, no dia 28 de Fevereiro último.

Contactos de Coimbra

Os números de telefone e fax da delegação de Coimbra vão sofrer uma alteração a 28 de Abril e a 5 de Maio, respectivamente. O número de telefone passa a ser (039) 827712 e o de fax para (039) 838913.

Transportes para Coimbra

A Sede Nacional e as delegações do Porto e Famalicão vão proporcionar transporte por autocarro para a Assembleia Geral Ordinária da ADFA, a realizar no dia 18 de Abril, em Coimbra. Aos associados de Lisboa, pede-se que se inscrevam na secretaria, na Av. Padre Cruz, no Edifício ADFA. A saída de Lisboa faz-se pelas 09h30 do dia 18 de Abril, da Sede da ADFA e a chegada a Lisboa está prevista para as 23h30 do mesmo dia.

A Delegação do Porto dispõe de dois programas para transporte até Coimbra. Programa 1: partida pelas 9h00, junto à Delegação do Porto, com chegada a Coimbra pelas 10h30, com tempo livre para uma visita à cidade. Às 14h00, deslocação ao Auditório da Faculdade de Economia de Coimbra. O regresso faz-se pelas 19h00, com um jantar na Mealhada. Programa 2: partida junto à Delegação pelas 12h30. Às 14h00, chegada a Coimbra. Pelas 19h00, regresso directo ao Porto. Programa 3: às 8h00, partida da Régua, junto à estação da CP, passagem, às 8h30, por Mesão Frio, junto ao casarão. Pelas 9h00, passagem junto aos B.V. de Amarante e às 9h30, passagem na Lixa, junto à igreja.

A Delegação de Famalicão propõe saída de Guimarães pelas 8h00, passando pela central de camionagem de Famalicão, de onde se partirá para Coimbra às 8h45. O preço é de 1.400\$00/pessoa.

1º sábado de cada mês

A Delegação de Évora organiza um almoço-convívio entre os seus associados. Para mais informações e futuras inscrições, contactar Manuel Maria através do telefone (066) 81586 ou para o telefone da Delegação de Évora (066) 23 473

1ª 5ª feira de cada mês

21h00 - Reunião da direcção da Delegação de Famalicão

2 Abril

Exposição fotos e filme publicitário na Sede

3 Abril

Reunião de sócios no Cacém, Amadora, Queluz e Sintra

10 Abril

Celebra-se o Aniversário da Delegação de Faro com a realização de um almoço convívio, no restaurante-bar A Caçarola, na avenida da República, telefone (081) 513548, em Vila Real de Santo António. O convívio conta com a presença do Presidente da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António e do Presidente da Direcção Nacional da ADFA, Humberto Sertório. As marcações devem ser feitas até às 17h00 do dia 09 de Abril, pelo telefone (089) 28515

18 Abril

Reunião da Assembleia Geral Nacional Ordinária, pelas 14h00, no Auditório Faculdade de Economia de Coimbra, na Av. Dias da Silva, 165

24 Abril

Colóquio "A ADFA e o 25 de Abril", na Sede Nacional, pelas 18h00, seguido de um jantar convívio, pelas 20h30. Os interessados podem inscrever-se no Departamento de Animação Cultural, Desporto, Lazer e Associativismo (ext. 228). A habitual reunião de sócios na Sede fica sem efeito por este motivo.

9 Maio



A ADFA vai realizar, no Cabeço de Montachique, Loures, dia 9 de Maio, no âmbito das comemorações do seu 24º Aniversário e do 5º Aniversário da Associação de Pára-quedistas de Loures (APL), um passeio turístico em bicicleta, com partida da Sede da ADFA às 8h00 e chegada ao Parque do Cabeço de Montachique, às 09h30. Segue-se um Porto de

Honra, pelas 10h00, dando-se início às actividades desportivas ADFA-APL, corrida e orientação e chinquillo. Às 11h30, tem início a demonstração de saltos em pára-quedas pela equipa da APL. Pelas 12h00 vão realizar-se passeios de helicóptero para os associados e seus familiares previamente inscritos, sobre locais na zona de Lisboa, à escolha de cada passageiro. Segue-se um piquenique com sardinhas, febras e outros petiscos. Pela tarde terá lugar a entrega de prémios, animação cultural e muita música. As inscrições para o almoço e para os passeios de helicóptero devem ser feitas a partir do dia 9 de Março, na Sede Nacional, para a extensão 228, Armindo Roque.

15, 16 e 17 Maio

Acampamento em Santa Maria da Feira, organizado pela secção de campismo da Delegação de Coimbra. Vão ser três dias de jogos e de encontro de amigos, encerrando-se a actividade com um almoço convívio. As inscrições devem ser entregues na Delegação de Coimbra até ao dia 30 de Abril, data a partir da qual devem ser feitas no local do acampamento.

17 Maio

Para os associados que queiram participar no encontro do dia 17 de Maio, Domingo, em St.ª Maria da Feira, a Delegação de Bragança pôs ao dispor autocarros gratuitos, com partida de Bragança-Macedo de Cavaleiros-Mirandela. As inscrições devem ser feitas na Delegação de Bragança até ao dia 5 de Maio. A Direcção de Delegação faz um apelo aos interessados, que façam a sua inscrição, logo que lhes seja possível, para se organizarem horários de partida e chegada a Bragança.

11 Julho

No dia 11 de Julho realizar-se-á um almoço convívio dos antigos alunos da Escola da ADFA. Apela-se aos associados que frequentaram esta escola que nos contactem para que se possa mobilizar o maior número de pessoas e recordamos os tempos da nossa juventude. Estão desde já envidados na realização deste encontro Fernando de Brito, Eduardo L. Cascada, Lucídio Dias, Alberto Pinto e Manuel Costa.

Plano de Consultas do H.M. Porto

No HMR nº 1, no Porto, estabelecem-se o seguinte plano de consultas: Abril - dias 8 e 29; Maio - dias 13 e 27; Junho - não há consulta; Julho - dias 8 e 29; Agosto - Férias; Setembro - dias 9 e 30; Outubro - dias 14 e 28; Novembro - dias 11 e 25; Dezembro - dia 9.

O ELO corrige

• Por lapso, na página 2 da edição de Fevereiro, nas Informações, na nota Acordos ADMA, onde se lê Associação dos Deficientes Militares das Armadas (ADMA), deveria ler-se Assistência na Doença dos Militares da Armada (ADMA).

• A agenda do mês de Março não contemplou a reunião de sócios na Sede, realizada no dia 27 desse mês.

• Na página 5, por motivos técnicos, o conteúdo da notícia intitulada Secundária Inês de Castro visitou ADFA Porto surge duplicado e colado ao corpo da notícia Encontro de cegos e amblíopes. Apesar do sucedido, ambas as notícias se encontram publicadas na íntegra. No mesmo artigo, onde se lê Escola Secundária Inês de Castro, Santa Maria da Feira, deveria ler-se Escola Secundária Inês de Castro, Canidelo, Vila Nova de Gaia.

Pelo sucedido, apresentamos as nossas desculpas.

Editorial

Opções



António Carreiro

Todos os anos, o Elo de Março ou Abril é dominado pela publicação do relatório de actividades e contas, peça fundamental para que os associados conheçam e ajuízem sobre o trabalho desenvolvido e se inteirem da situação económica da Associação.

Tal documento, pela sua extensão, implica necessariamente a alteração da estruturação deste número do ELO, condicionando a inserção de temas regulares e mesmo a informação de toda a actividade associativa.

Está neste caso, por exemplo, o maior destaque que se pretendia para as comemorações do 24º aniversário, cujo programa, aliás, já foi publicado no último número e que, neste, é realçado com a sua inserção na última página. São, assim, impostas opções para cuja compreensão se apela.

Não posso deixar de fazer referência neste número à previsível aprovação pelo Conselho Nacional do novo Regulamento Redactorial do Elo.

O documento base segue de perto o anterior, adequando-o à realidade actual, impondo que o Elo tenha um cariz vincadamente associativo, em desfavor da vertente externa que também se lhe reconhece.

Mudanças mais significativas são propostas no capítulo Orientação do Elo onde se prevê uma maior independência do Director, existindo também uma proposta para que se crie o cargo de director ou directores adjuntos e o Conselho de Colaboradores Permanentes, visando este a substituição do anterior Conselho de Redacção.

O Director disporá, assim de uma organização institucionalizada, de apoio e consulta, que permitirá um desempenho mais participado da sua função e um conseqüente maior à vontade nas decisões. Por outro lado, os associados sentir-se-ão mais tranquilos e darão maior credibilidade ao trabalho realizado.

O Elo é o órgão de informação da ADFA e gerido pela DN, estando, naturalmente, a equipe que o realiza subordinada aos Estatutos, directivas da DN e do Regulamento do próprio ELO.

O nosso jornal é um veículo muito importante no incentivo à participação, unidade e coesão associativas, sendo objectivo de todos os que contribuem para a sua elaboração que, cada vez mais, se aproxime do modelo desejado a fim de que os associados se revejam nele. •

Grande Plano



Um Abril ainda sombrio

Jaime Ferreri

Pelo meio-dia, ainda hoje sinto nos ouvidos a chamada, o formigueiro encaminhava-se para o barco, as mães desesperavam de histeria nas lágrimas abundantes de raiva surda e as namoradas sufocavam o pensamento na dor que as fazia viúvas ainda antes do casamento. Algumas delas, dias depois, confirmavam as suspeitas do homem que tiveram e do marido que faltava.

amarras, o primeiro solavanco, o Cristo-Rei que passava ao lado, a ponte lá no alto...

Lembro-me depois da sala das refeições. Pela vigia, ao longe, a linha de água parecia fugir aos olhos na primeira tontura do enjoo. Tudo começava ali... até essa altura ainda se podia rumar a França, desertar. Dentro do barco era o ponto do não retorno, era o balancear do remorso pela raiva que se nos acudia quando alguns faziam da ida uma nova cruzada. Para a maioria, tal como o nome do barco, era tão só uma cruz, a verdadeira cruz do tributo de se ter nascido português, valente e patriota. Passámos ao lado da Guiné; dois vasos de guerra da armada apareciam ao longe como que a espiar-nos, como que a dar ao regime a certeza que o

capitão-de-mar e guerra que levava o navio não modificava a rota. Caímos em Luanda pela noitinha com o barco inclinado para bombordo. Centenas de homens se despejaram na cidade. Iam à procura de comida, de álcool, dos prazeres que faltavam no barco. Os catres tinham-lhes povoado a memória de sonhos, de mulatas de encanto, de ternura sentida como se não existisse o dinheiro da permuta.

Quando de novo nos fizemos ao mar ninguém nos conhecia. Pelo contrário. Um beirão de tez trigueira deixara escapar, num comentário em desdém, o desperdício da partida. Pela sua teoria se a tropa não fosse ao mato os turras desistiam da contenda. A guerra interessava mais a Lisboa que aos chefes negros que a conduziam.

A verdade porém é que nós ali estávamos; pela imposição de uns, pela discordância de outros. Moçambique era ali, quase à esquina do Cabo. Um soberbo desfile esperava-nos na capital. Nacala, Nampula, o Catur à espera...

Dos que partimos, eram vinte e quatro do mês de Abril de 1968, alguns são apenas lista dos inúmeros mortos nas linhas que a campanha africana acrescentou à história deste país. Depois a história tornou-se a história do povo que desceu à rua e foi gritar ao largo do Carmo que bastava. A tropa que dava suporte ao regime devolveu ao povo o poder que um dia em Braga lhe tinha usurpado.

Lisboa acordou nesse Abril recomposta e serena. Tinha sido sem sangue a revolução. Ainda bem. Afinal tinha antes jorrado, nas picada de África, sangue inocente que bastava, sangue inocente que sobrava para saciar qualquer deus ou inebriar o mais arraigado patriota. Era outro o tempo... Era outro o Abril que esperava a juventude deste país. •

Episódios

A memória dos homens



José Diniz

Os Gregos defendiam que a História se repete. As modernas teorias da História contrariam esta visão fatalista, pois as circunstâncias que rodeiam dois factos históricos similares nunca são iguais. Também pensamos assim e se nos parece que os acontecimentos se repetem, isso deve-se ao facto de os homens desprezarem muitas vezes as lições do passado.

Vem isto a propósito de notícias que por vezes nos chegam de situações difíceis vividas pelos novos deficientes militares ou seus familiares, cujos acidentes se verificaram no cumprimento das missões de paz em que Portugal tem estado envolvido. Esses militares tiveram, na ocasião, honras de heróis e foi-lhes prometido, ou aos seus, todo o apoio. A verdade viria a revelar-se bem diferente e à ADFA foram chegando ecos de descontentamento e ainda hoje há alguns cujos processos se arrastam nos meandros e entraves burocráticos do costume.

Se nos lembrarmos que os deficientes da guerra que travámos em África, entre 1961 e 1974, apenas em 1973 viram sair legislação que lhes dava alguma protecção, podemos ser levados a pensar que os deficientes das actuais missões de paz até encontraram a papinha quase toda feita e já beneficiaram de legislação específica.

Recusamo-nos a pensar assim e seria injusto que alguém o fizesse. A ADFA, causticada por uma dura luta de muitos anos e ainda com problemas de associados por resolver, levantou a voz e chamou à atenção para os perigos que esses militares corriam e disponibilizou-se para os esclarecimentos necessários aos que partiam e para o apoio aos que regressaram feridos ou às famílias dos que morreram. Nós, os combatentes e deficientes da guerra colonial é que não tivemos vítimas de outras guerras que nos valessem. Os poucos inválidos da I Grande Guerra há muito que Salazar lhes retirara a força reivindicativa e os reduzira ao silêncio e à miséria.

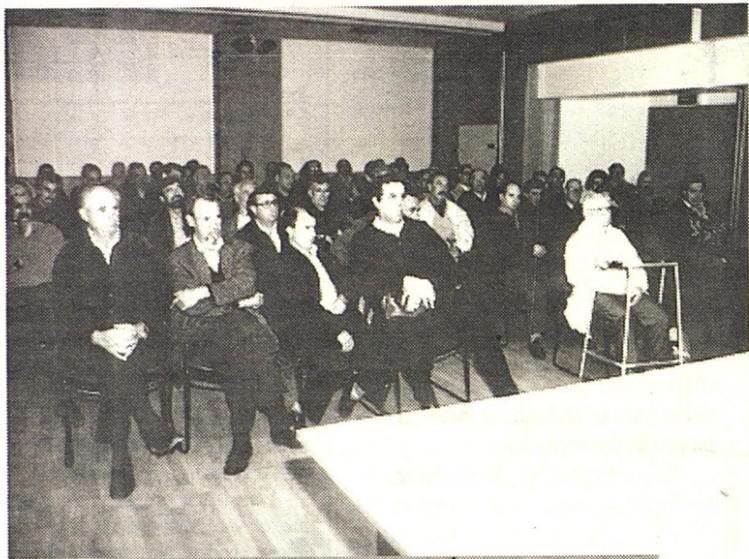
Com deficientes vivos ou não, estas situações jamais poderão repetir-se e o poder político não pode enjear as consequências das guerras ou das missões de paz em que envolve as Forças Armadas.

Também os militares no activo, em especial os dos quadros permanentes que já não fizeram comissões em África e que dentro de poucos anos serão os nossos chefes militares, não devem permitir que seja apagada a memória viva de guerras passadas. O incremento do envolvimento dos nossos militares em missões e campanhas poderá ser uma realidade. Por isso, não devem ceder à vertigem do esquecimento ou do silenciamento das vozes incómodas. Quanto mais os actuais deficientes militares e as suas organizações se fizerem ouvir, menos os militares no activo, potenciais deficientes de amanhã, terão necessidade de um dia gritar pelos seus direitos.

Temos de contrariar o fatalismo históricos e estarmos alerta para que estas histórias não se repitam. •

Encontro no Laranjeiro, Almada

Autonomia para associados



Associados pretendem fundar núcleo em Almada

A REUNIÃO de associados no Laranjeiro, Almada, realizada no dia 13 de Março, continua um processo de descentralização que evidencia o empenhamento e autonomia dos participantes. Reuniram-se cerca de 100 associados, que pretendem estabelecer um Núcleo nesta zona do distrito de Lisboa.

Humberto Sertório, presidente da Direcção Nacional (DN) da ADFA, esteve presente no encontro e focou a importância da criação de um Núcleo em Almada. Fez também o ponto da situação acerca das reivindicações legislativas, bem como transmitiu o sentimento de indignação da ADFA em relação a estes assuntos.

O presidente da DN apelou, da

mesma forma, à criação de uma comissão instaladora para assegurar o desenvolvimento do Núcleo em Almada. Para começar, o Núcleo teria o nome de Núcleo da Margem Sul - Almada/Seixal.

Depois foi a vez dos associados apresentarem algumas questões em que evidenciaram a sua insatisfação perante o impasse a que ficaram votadas as propostas da ADFA.

Desta reunião resultou a constituição da comissão instaladora com os seguintes elementos: Albano Sousa, nº 5856, Aníbal Rodrigues, nº 523, Joaquim Fevereiro, nº 1973, Joaquim Pereira, nº 12272 e António Alho, nº 676. •

R. V.

Reunião de associados na Sede Nacional

Descentralização a quanto obrigas

O ENCONTRO de associados com a Direcção Nacional, efectuado no dia 27 de Fevereiro último, decorreu com a maior normalidade, embora com menos assistência do que era hábito, com o início de um ciclo de reuniões descentralizadas.

Houve uma reunião no Barreiro no dia 13 Fevereiro passado, que contou com a presença de mais de 100

associados e outra em Peniche, no dia 28 Fevereiro, com 20 associados, o que, provavelmente, determinou uma redução do número de associados presentes na reunião na Sede Nacional.

Foram prestadas informações sobre o ponto de situação do pacote legislativo que se encontra na Secretaria de Estado do Orçamento, aguar-

dando-se que, a todo o momento, haja uma resposta aos apelos da ADFA.

Foi mais uma vez debatida a injustiça criada pelo Decreto-Lei 134/97 (vulgo decreto dos Capitães/Coronéis) e informada a assembleia das iniciativas tomadas pela Direcção Nacional, no sentido de ser alterada esta legislação, de modo a

que seja reparada a desigualdade de tratamento que se verifica.

Foi também dado a conhecer o programa provisório das actividades a desenvolver durante o corrente ano, com destaque para as comemorações do 24º Aniversário da ADFA, aproveitando, se necessário, alguns dos eventos para divulgação pública da indignação da ADFA por ainda não estarem satisfeitas as reivindicações dos associados referentes aos deficientes e viúvas em situação precária há tantos anos. •

R. V.

Antigos presos de guerra portugueses

Diploma pioneiro considerado restritivo

A DIRECÇÃO Nacional da ADFA defende que o projecto de lei apresentado recentemente pelo PSD à Assembleia da República se torna restritivo, pois não considera as situações de Goa, Damão e Diu, bem como as de Timor. Catarino Salgado, membro da DN da ADFA, refere que "se reconhecemos a injustiça a um número reduzido, estamos a criar, em termos relativos, injustiça ainda maior".

Segundo informações da Agência Lusa, refere-se que, apesar de este projecto de lei 441/VII, de 1998, estar

limitado aos presos das campanhas africanas, se regista já um avanço pois, até hoje, não houve qualquer outro projecto que contemplasse o caso dos antigos combatentes aprisionados durante a guerra de África.

António Marques Júnior, deputado socialista, considera que este projecto de lei, a ser aprovado, não invalida a hipótese de elaboração de novas iniciativas, visto ter um carácter muito específico.

O projecto do PSD invoca uma reparação mensal, em regime exce-

pcional de apoio aos ex-prisioneiros da guerra de África. Pede também o reconhecimento, para efeitos de reforma, do tempo de detenção como tempo de serviço prestado em condições especiais de dificuldade ou perigo, conforme o que se legislou em 1937 (Decreto-Lei nº 28404, de 31 de Dezembro) para serviço em campanha em zona da frente.

Carlos Encarnação, deputado social-democrata que dirigiu esta iniciativa, afirma que "a maioria dos antigos presos de guerra ainda não se

refez completamente, física e psicologicamente, de um período de terror susceptível de marcar inextinguivelmente o curso das suas vidas".

A pensão proposta pelo deputado social-democrata beneficiaria os familiares dos ex-prisioneiros de guerra portugueses. O tempo de cativo contaria como período de serviço efectivo, com acréscimo de 100 por cento, isento de pagamento das quotas legais e seria acrescido ao tempo de trabalho, para efeitos de reforma e para actualização de pensões.

Um dos argumentos expostos no projecto de lei refere-se ao facto de muitos dos ex-prisioneiros de guerra nunca terem recebido apoio dos poderes públicos, por falta de reconhecimento da sua situação. •

R. V.

Sócios falecidos

Aos familiares e amigos dos sócios falecidos apresentamos as nossas mais sentidas condolências

Manuel Joaquim Abreu Barreto

Sócio nº 6408
49 anos
Faleceu no dia
28/11/97



Residia no concelho de Viana do Castelo, deixa viúva Fernanda da Conceição da Silva Ribeiro Barreto e dois filhos. Teve acidente em Vendas Novas em 1970, de que resultou ferimentos na perna esquerda, bacia, anca e clavícula (40%).

Manuel Soares da Costa

Sócio nº 945
50 anos
Faleceu no dia
01/02/98



Residia no concelho de Arganil, deixa viúva Maria de Lurdes da Conceição e dois filhos. Teve um acidente que originou a amputação da perna esquerda.

Agradecimento

Hugo Guerra e família agradecem a todos os amigos que nesta hora os acompanharam na tristeza pela perda de sua mãe, Elvira da Conceição Guerra e seu filho, David Emanuel Travesa Guerra.



ORTODUQUE
INDÚSTRIA DE PRÓTESES E ORTÓTESES, LDA.

COMUNICADO

A todos os clientes e amigos



ORTODUQUE
INDÚSTRIA DE PRÓTESES E ORTÓTESES, LDA.

Abriu em Lisboa, mais uma Ortopedia a "ORTODUQUE", na Av. Duque de Loulé, 75 - A - Telefone **357 26 36** (junto ao Marquês de Pombal), onde serão executados todos os tipos de próteses, ortóteses e seus similares.

A ORTODUQUE está equipada com os melhores e mais modernos equipamentos, quer em conforto e segurança, quer em tecnologia, e dispõe ainda de um espaço de venda ao público (atendimento personalizado) onde encontrará todo o tipo de artigos de ortopedia (calçado e meios auxiliares de correcção e compensação), com uma equipa de técnicos, com muitos anos de experiência e bem conhecidos de todos Vós, nomeadamente o Sr. José Manuel, o Sr. Fernando Costa e como coordenador técnico o Sr. Victor Manuel (Manel), técnicos estes que ao longo da sua carreira profissional Vos prestaram serviços em várias casas da especialidade.

A ORTODUQUE agradece desde já a V. Visita.

Os Técnicos

Mesa redonda na Sede

Desporto e Integração Social

QUALIDADE de vida, direito fundamental, o desporto marca presença na Sede da ADFA, em Lisboa, no dia 10 de Março, numa mesa redonda que reuniu membros de associações de deficientes e associados da ADFA.

O encontro, onde os oradores puderam expor a sua visão da realidade portuguesa e internacional, numa sessão bastante participada, contou com a presença de cerca de 50 assistentes.

Na mesa estavam Jorge Maurício, presidente da Mesa da Assembleia Geral da ADFA, David Rodrigues e Ana Varela, professores do departamento de Educação Especial e Reabilitação da Faculdade de Motricidade Humana, Jorge Carvalho, da Direcção da Federação Portuguesa de Desporto para Deficientes (FPDD) e Barros Silva, médico fisiatra da ADFA, que moderou o debate.

David Rodrigues defendeu que "o desporto é um direito que assiste a



David Rodrigues: "Desporto e qualidade de vida"

qualquer cidadão" e que "a actividade desportiva é um retrato da qualidade de vida de cada sociedade".

Jorge Carvalho, da direcção da FPDD, um dos oradores, constatou "a

pouca intervenção das organizações para deficientes nos meios de comunicação social, como evidência da falta de reivindicação do direito à informação". Por outro lado, referiu

que "em termos das várias entidades que promovem a informação, pode referir-se a ADFA como um bom exemplo".

Ana Varela, da Faculdade de Motricidade Humana deu relevância à optimização da qualidade de vida pelo desporto. Considera importante a introdução de um plano progressivo da actividade motora adaptada, tarefa para a qual é necessária a consulta de elementos informativos. Ana Varela afirma que "há dados dispersos" e alerta para o "trabalho a fazer na organização desses dados".

As participações da assistência incidiram bastante na pouca informação veiculada, na falta de condições de vida e na necessidade de responsabilização de todos os indivíduos. O apelo que marcou esta mesa redonda, foi lançado pelo moderador Barros Silva: "é preciso mudar as mentalidades".

R.V.

Proposta de Estatutos das ONGPD

ADFA refuta controlo excessivo

O PRESIDENTE da Direcção Nacional, Humberto Sertório participou na segunda reunião do Conselho Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência (CNRIPD), que teve lugar dia 5 de Março, no Ministério do Trabalho e da Solidariedade.

Nos pontos em agenda destacou-se a apreciação e aprovação do Regulamento de funcionamento interno do CNRIPD que, mais uma vez suscitou polémica quanto à composição. A posição da ADFA em relação à proposta de Estatutos das Organizações Não Governamentais para Pes-

soas Deficientes (ONGPD) baseia-se na constatação de que a proposta não satisfaz os princípios de total participação e igualdade devidos às pessoas com deficiência, realçando da mesma forma o facto de o projecto ser demasiado controlador por parte do Estado. A ADFA foi determinante na sua posição contra a aprovação deste Estatuto, nos termos em que a proposta estava formulada, pois tinha uma filosofia reguladora em demasia, por parte do Estado, referiu Humberto Sertório.

A posição da ADFA foi aceite pela generalidade das organizações pre-

sentes, tendo sido nomeada uma Comissão composta pelo Secretário Nacional da Reabilitação, por representantes da ADFA, CNOD, APD, União das IPSS e Fenacerci, para apresentar, até à próxima reunião, uma nova proposta resultante da análises de outras já existentes.

A proposta de legislação sobre acessos de cães de guia para deficientes visuais, apresentada pela ACAPO, foi igualmente aceite na generalidade, tendo sido enviada para a Secretaria de Estado da Inserção Social para redacção do texto regulamentar.

No que diz respeito às quotas de emprego foi solicitado pelo presidente que o Secretariado Nacional da Reabilitação (SNR) elaborasse um estudo de direito comparado sobre esta matéria, em relação aos países da União Europeia, para se definir em Portugal o que vão ser as quotas de emprego.

Quanto à Dinamização Nacional de Sensibilização sobre as Pessoas com Deficiência, incumbiu-se o presidente de contactar empresas, no sentido de definir um projecto para a sensibilização a nível dos órgãos de comunicação social.

R.V.

Guerra Colonial, memória silenciada

Críticas fora de prazo

NO DIA 28 de Fevereiro passado decorreu em Cuba, Alentejo, um colóquio subordinado ao tema "Guerra Colonial: Memória Silenciada", organizado pela APOIAR - Associação de Apoio aos Ex-Combatentes Vítimas do Stress de Guerra, que contou com a presença de um representante da ADFA, Mário Inácio, membro do Conselho Fiscal Nacional (CFN).

Neste encontro surgiu a crítica da APOIAR, no que se refere ao facto de, na ADFA, desde há dez anos, não existirem serviços de acompanhamento de vítimas de stress de guerra.

Mário Inácio, associado da ADFA e sócio da APOIAR refere que "esta crítica é injustificada na actualidade pois, de há três anos a esta parte, a

Direcção Nacional da ADFA tem vindo a desenvolver trabalho para apoio, despiste e acompanhamento de vítimas do stress de guerra".

Os participantes na mesa foram Afonso de Albuquerque e Paradelo de Oliveira, psiquiatras, quatro elementos da APOIAR, Mário Inácio da ADFA e dois ex-combatentes residentes em Cuba.

Além da exposição feita pelos médicos, sobre o problema do stress de guerra, os dirigentes da APOIAR descreveram experiências de combate, da mesma forma que evidenciaram algum "ressentimento para com a ADFA, por ter cortado com o acompanhamento a esta questão tão importante", lembra Mário Inácio. A

emoção de alguns dos presentes ao participar no debate, tornou evidente o sofrimento causado pelos traumas que, acumulados desde há muito tempo, ainda escapam no dia-a-dia de cada um, segundo disse ao ELO o representante da ADFA.

Mário Inácio é um dos dinamizadores deste projecto na ADFA e comunicou no encontro de Cuba o posicionamento da Associação sobre este assunto. A criação de uma equipa para responder a esta necessidade parece ser uma solução viável, bem como uma tentativa de abertura a não-associados. Desde há três anos que se trabalha no sentido de voltar a estabelecer na ADFA o tratamento de casos de stress de guerra.

R.V.

Expo'98

Facilidades para deficientes

EM VISITA ao recinto da Expo'98, no dia 18 de Março, Ferro Rodrigues, ministro da Solidariedade, Segurança Social, Qualificação e Emprego, assegurou que a Exposição vai ter condições para facilitar o acesso e circulação às pessoas com deficiência.

Segundo informações publicadas no jornal Público, as facilidades dividem-se por guias que acompanham os visitantes, rampas de acesso, elevadores e ausência de obstáculos entre o estacionamento e as entradas na área. Os pontos de acesso destinados aos deficientes localizam-se na Porta Norte e na Porta do Mar - Sul. Os deficientes podem vir em grupo ou individualmente, existindo 50 cadeiras de rodas ao dispôr, bem como triciclos eléctricos para alugar e tabuleiros para as refeições. Para adaptar às cadeiras de rodas há dispositivos eléctricos. Outras condições são o lugar próprio para estacionamento, uma planta da Exposição em Braille, uma gravação audio sobre o que se está a visitar e postos de informação para esclarecimentos prestados por pessoal formado para atender pessoas com deficiência.

Ferro Rodrigues, em declarações ao jornal Público, assegura que "em matéria de acessibilidade, a Expo vai estar na vanguarda na resposta a este problema". Os pavilhões temáticos vão ser mais facilmente apreciados por quem não vê, com informações em Braille. O mesmo se vai passar com os deficientes auditivos, pois vão estar presentes intérpretes de língua gestual disponíveis no recinto.

Por dia, os grupos de visita vão ser 10, com 25 pessoas cada um. Para que as visitas possam ter segurança e bem estar, vão ser estabelecidas quotas de acesso ao recinto.

Atendendo às necessidades dos deficientes, o serviço de atendimento vai possibilitar, da mesma forma que, 8100 pessoas com mais de 65 anos e 8100 crianças e jovens, a cargo de instituições de solidariedade social, conheçam de forma programada e com menos custos a última Exposição Universal do milénio.

Conferência na Croácia

Melhores condições de vida

A 1ª CONFERÊNCIA Internacional Sobre os Efeitos Psicossociais das Guerras, que terá lugar em Dubrovnik, Croácia, de 26 a 30 de Abril, vai contar com a presença de cerca de 250 participantes e vai ser organizada pela Federação Mundial de Antigos Combatentes (FMAC), sob o patrocínio da Sociedade Europeia de Estudos dos Traumatismos do Stress (ESTSS) e do Governo da Croácia.

A ADFA participou desde o início na organização do evento e estará representada pelo 1º vice-presidente da DN, Augusto Catarino Salgado.

Os principais objectivos da Conferência prendem-se com a aquisição de um conhecimento mais profundo, a nível internacional, dos problemas que respeitam aos antigos combatentes e vítimas de guerra. O aumento de qualidade dos serviços sociais, das legislações e dos programas de readaptação, baseados em pesquisas, são outras metas a alcançar neste encontro, bem como, a determinação do papel que as associações de antigos combatentes e vítimas de guerra desempenham na sociedade.

R.V.

Rastreio na ADFA

NOS DIAS 13 e 14 de Abril a ADFA vai realizar, gratuitamente, um rastreio ao colesterol total (homens e mulheres).

Para se proceder aos exames à próstata a homens com idade superior a 45 anos, é necessário determinar o número de interessados. Os associados que queiram fazer um rastreio à próstata deverão preencher o questionário que podem solicitar no gabinete médico.

As marcações serão feitas posteriormente com Elisabete Maria, na Sede Nacional, extensão 241.

Neste sentido, pede-se aos associados que se inscrevam até ao fim deste mês, nos serviços clínicos da Sede.

Relatório de Actividades e Contas da ADFA - 1997

INTRODUÇÃO

A Direcção Nacional agradece a todos os associados o empenhamento manifestado em todos os actos e vivências associativas que tiveram lugar durante 1997.

Só com a colaboração de todos foi possível realizar as tarefas em que nos empenhamos, para concretizar os objectivos de desenvolvimento, modernização e preparação da ADFA aos novos desafios que se nos colocam.

De entre estas tarefas destacamos as prioritárias as relativas a medidas legislativas que reforcem e completem o reconhecimento que a Nação deve àqueles que se deficientaram ao seu serviço, no exercício de funções militares ou com elas relacionadas.

É necessário continuarmos a contar com o apoio de todos para que o Governo entenda a legitimidade das nossas posições, as reconheça e satisfaça às necessidades prementes que continuam a existir.

Tudo temos feito para manter um relacionamento sadio com as Forças Armadas e de diálogo com o Governo.

Mas afirmamos muito claramente que, se não existir vontade política para resolver as graves injustiças existentes, estará aberto o caminho às frustrações acumuladas durante tantos anos de continua busca de soluções adequadas para solucionar os graves problemas que se arrastam praticamente desde o final da Guerra Colonial.

Na realidade o avançar da idade que se verifica na generalidade dos deficientes militares, acarretou o agravamento da sua qualidade de vida e dos seus familiares.

A velha fórmula que o "tempo tudo cura" não tem qualquer aplicação prática às difíceis situações de hoje. Pelo contrário, o azedume e a amargura acumulados são péssimos conselheiros, quando se trata de mostrar à comunidade que estamos cansados de esperar as medidas que possam resolver os nossos problemas.

A ampla mobilização e participação associativa que tiveram lugar no acto eleitoral realizado em 17 de Novembro de 1997, são uma prova clara e inequívoca da vontade dos associados no empenhamento para a resolução das graves lacunas legislativas existentes.

Procuramos também resolver as questões de reorganização dos serviços, da melhoria das condições de trabalho na Sede e Delegações, onde foi realizado um grande esforço de investimento.

Temos consciência que a ADFA passou a ter uma dimensão verdadeiramente nacional, através da continua participação das Delegações nas grandes questões que nos preocupam em todos os sectores.

A abertura da Associação à sociedade onde estamos inseridos, tem continuado.

O vazio existente no respeitante à política nacional de reabilitação preocupa-nos sobremaneira e através da nossa participação no movimento associativo das organizações de e para pessoas com deficiência, temos proposto medidas concretas que poderão melhorar a qualidade de vida das pessoas com deficiência.

O esforço no domínio da cooperação com as associações congéneres dos Países Africanos de Expressão Portuguesa foi desenvolvido e iniciaram-se medidas concretas de colaboração e cooperação em vários projectos que se encontram actualmente com condições para arrancar em várias frentes, da reabilitação, ao emprego e à formação profissional.

Neste esforço não esquecemos o apoio aos nossos associados deficientes militares de origem africana.

Fizemos esforços para os retirar do esquecimento colectivo e trazê-los à ribalta, para o lugar a que têm direito, para que a Nação Portuguesa não se esqueça, dos que lutaram ao nosso lado debaixo da mesma bandeira.

Por último alteramos a nossa postura e colaboração no seio da FMAC, contribuindo para a alteração substancial dos seus Estatutos e Regulamentos, colocando o acento tónico na situação dos deficientes militares, na cooperação com os países mais carenciados e no esforço colectivo para a Paz.

Continuamos esta longa caminhada, com

firmeza e decisão, na defesa intransigente dos direitos dos deficientes militares.

ACTIVIDADES INTERNAS

1 - Participação Associativa

As eleições intercalares realizadas em 11 de Janeiro de 1997, marcam o início deste ano com uma chamada à participação dos associados, que na Sede, Delegações e Núcleos garantiram com o seu voto a continuidade da gestão da Associação e dos objectivos que tinham sido definidos nas eleições de 1995.

Este acto associativo reforçou igualmente o papel predominante das Delegações na definição e execução das tarefas nacionais da ADFA, nas principais áreas de actuação.

Mensalmente foram efectuadas na Sede reuniões com os associados, destinadas a actualizar permanentemente as informações sobre os projectos legislativos apresentados no MDN, bem como a participação da ADFA no CCADFA.

Todas estas reuniões foram bastante participadas, criando por um lado a expectativa quanto a uma solução atempada das reivindicações legislativas e por outro a frustração face à demora e a inexistência de vontade política na resolução das questões dos deficientes militares que se arrastou durante 1997, e se projectou para o ano corrente.

O interesse e envolvimento no debate das questões legislativas foi igualmente uma constante na vida de algumas delegações, não podendo deixar de merecer realce as numerosas reuniões realizadas na área do grande Porto e em Viseu.

O Conselho Nacional reuniu em 11 de Fevereiro, para aprovação do Plano de Actividades e Orçamento para 1997.

Como consequência de ausência de respostas concretas do Governo acerca das questões legislativas, a DN submeteu a uma AGN Extraordinária em 22 de Março no Porto, uma proposta contendo uma estratégia de continuação do diálogo e informação com o Governo e forças político-partidárias, que mereceu a aprovação da maioria esmagadora dos associados presentes.

Em 19 de Abril realizou-se em Lisboa, a Assembleia Geral Ordinária que aprovou o Relatório de Actividades e Contas relativas a 1996 e estabeleceu uma actualização de quotas para 1998.

As comemorações do 23º Aniversário da ADFA, tiveram lugar de 9 a 18 de Maio, na cidade de Bragança, tendo como manifestações mais importantes as seguintes:

a) Conferência de Imprensa no dia 9 de Maio, com a participação dos órgãos de comunicação regionais.

b) Colóquio sobre "Stress de Guerra", no Centro Cultural, com a participação de especialistas do Norte e elementos dos Serviços de Saúde local.

c) Exposição sobre o tema da guerra colonial de 10 a 17, também no Centro Cultural, que foi visitada pelos alunos das Escolas e população da cidade

d) Sessão Solene comemorativa do 23º Aniversário no dia 14 de Maio presidida pelo Governador Civil de Bragança.

e) Colóquio no dia 16 sobre a Problemática de Reabilitação, presidido pelo Secretário Nacional de Reabilitação e que contou com as participações do CRPG, Segurança Social de Bragança e Associações de e para Pessoas com Deficiência.

f) Provas desportivas de atletismo no dia 17, nas ruas da cidade com inúmeras participações de atletas, e encontro de futebol no Pavilhão Municipal.

g) Almoço convívio comemorativo, nas instalações do NERBA - Núcleo Empresarial de Bragança com a presença de mais de 400 associados e seus familiares e autoridades civis e militares.

Ainda no âmbito do comemorativo do 23º Aniversário realizou-se no dia 2 de Maio, um almoço nas instalações do Regimento de Infantaria de Viseu, onde estiveram presentes

mais de 300 pessoas, entre associados e familiares.

Durante todo o ano foram efectuados Colóquios e Palestras em Escolas Secundárias e Universidades, com particular realce para o tema da Guerra Colonial, Stress de Guerra e Reabilitação e Reintegração das Pessoas com Deficiência.

A ADFA, Delegação de Coimbra, organizou de 7 a 10 de Junho, em Miranda do Corvo, o 1º Acampamento Nacional do Deficiente, numa perspectiva integrada, que contou com a participação de dezenas de campistas e teve um forte impacto ao nível dos Órgãos de Comunicação Regional.

Realça-se como inédito, o 1º Encontro de viúvas dos deficientes das Forças Armadas, que teve lugar no mês de Maio na Delegação do Porto e que representa o início do levantamento do problema específicos que afectam estas nossas associadas.

Decorreu no dia 4 de Julho, no rio Mondego, o 11º Concurso de Pesca para Deficientes, organizado pela Delegação de Coimbra.

A partir de Setembro do ano transacto, verificou-se uma grande movimentação associativa, na Sede e Delegações, tendo como objectivo a constituição de projectos a sufragar nas Eleições Gerais Nacionais que vieram a ter lugar no dia 15 de Novembro.

Estas eleições contaram com a maior participação directa de sempre dos associados, constituindo-se uma grande mobilização nacional devendo-se realçar este facto dentro do âmbito do movimento da participação de pessoas com deficiência, tanto a nível nacional como internacional.

Como é hábito, o mês de Dezembro mobiliza muitos associados e suas famílias, nas festas de Natal, com realce para o aniversário da Delegação do Porto.

2 - Serviços da Sede

A reorganização dos Serviços da Sede iniciado em 1995 prosseguiu com melhorias acentuadas no funcionamento de alguns e o início de funções sistemáticas por parte de outros.

Assim, o Departamento de Apoio aos Associados (DAS) foi apetrechado com novos meios informáticos instalando-se "software" de controlo do pagamento de quotas. Não foi possível ainda instalar neste serviço o segmento da base de dados biográficos, por este se encontrar ainda em fase de elaboração.

À data em que o presente relatório é escrito, encontra-se já instalado o primeiro programa provisório da base de dados, enquanto se procede à validação completa dos elementos disponíveis.

O Gabinete Jurídico do DAS passou a dispor de uma nova jurista, ainda em estágio, e de uma trabalhadora administrativa a tempo inteiro.

O pessoal da Secretaria/Atendimento manteve-se nas quatro unidades de pessoal e tem procurado dar resposta às inúmeras solicitações dos associados nos mais variados aspectos.

A integração do Serviço de Acção Social no DAS, causou alguns problemas de integração que foram sendo solucionados ao longo do ano.

Foi admitida uma nova Técnica de Serviço Social em Fevereiro, que contou com o apoio de um trabalhador no atendimento até Novembro.

Na área de gestão continuou a implementação dos centros de custos, que já começam a produzir os primeiros resultados de controlo indispensáveis para o planeamento e gestão correcta dos serviços da ADFA.

Os serviços clínicos da ADFA sofreram um grande incremento, com a entrada em funcionamento de várias especialidades, o que obrigou a um esforço redobrado na área de gestão e de apoio Técnico - Logístico.

Foi criada uma clínica e nomeado um Director Clínico, responsável pelas várias consultas em funcionamento.

A par deste facto foi realizado um apreciável investimento na adaptação de instalações na cave e na aquisição de diversos equipamentos médicos.

O Bar-Restaurante, gerido directamente pela ADFA, continuou a fornecer refeições de

apreciável qualidade, tendo-se obtido resultados positivos e um considerável aumento do número das refeições servidas.

Os serviços do Jornal ELO e o próprio Jornal sofreram, sob o ponto de vista de qualidade técnica uma apreciável melhoria, infelizmente não acompanhada por vezes pelo pendor associativo do mesmo.

O gabinete de estudo e documentação evoluiu no tipo de informações prestadas e no número de tarefas que lhe foram atribuídas a nível interno e externo.

2.1 - Gabinete dos Órgãos Sociais (GOS)

Este Gabinete tem correspondido às solicitações dos Órgãos Sociais, tendo assegurado todo o circuito de encaminhamento da correspondência e das comunicações com o exterior da Associação.

Também a nível interno tem sido mantido o contacto permanente com as Delegações e Serviços.

O apoio ao funcionamento normal da MAGN, CFN e Conselho Nacional, sofre por vezes um acréscimo notável, especialmente nas ocasiões em que se realizam as reuniões estatutárias ordinárias e extraordinárias dos diferentes órgãos.

Durante o ano foram recebidos 3333 ofícios e cartas e expedidos 374.

2.2 - Gestão e funcionamento

O trabalho de formação e desenvolvimento dos centros de custos prosseguiu com toda a complexidade que a tarefa envolve. Nalgumas áreas já foi possível no final do ano passar a dispor de elementos de grande valia para efeitos de planeamento e gestão.

A codificação e inventariação do Património na Sede foi iniciada com os novos instrumentos de trabalho proporcionados pelos meios informáticos.

Nesse aspecto e no controlo dos "stocks", surgiram os maiores problemas em relação aos processos informáticos fornecidos pela TI.

Foi necessário dar formação específica aos trabalhadores da Associação, neste sector, nomeadamente na implementação da utilização do chamado "código de barras".

2.3 - Património

No respeitante ao estado de conservação da impermeabilização do Edifício - Sede, decidiu-se efectuar a retenção da garantia bancária em relação à empresa consultora e entregar o assunto ao foro jurídico.

À data em que é escrito o presente Relatório foi pedido já um orçamento para a realização de obras que permitam resolver a situação existente.

Esperamos que o litígio existente se resolva a favor da ADFA, pois os meios financeiros necessários para fazer face a este encargo são vultuosos.

O esforço para melhoria das instalações prosseguiu com investimentos importantes na Delegação de Bragança, Famalicão e Ponta Delgada, tal como se descreve nas secções do presente relatório, respeitante às actividades nas Delegações.

Foram instalados novos equipamentos de informática na Sede e Delegações, bem como mantidos os meios existentes e implementados no respeitante às suas características técnicas.

Procedeu-se à aquisição de novos equipamentos para as cozinhas, refeitórios e bar da Sede, sendo substituídas algumas unidades de difícil e onerosa reparação.

2.4 - Actividades Económicas

A venda de viaturas a associados prossegue as suas actividades, tendo prestado todo o apoio no aspecto de adaptação de viaturas e obtenção da necessária documentação para pessoas portadoras de deficiência.

Os proveitos resultantes das comissões revertiram para a Associação e cobriram as despesas do funcionamento desta actividade.

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E CONTAS DA ADFA - 1997

A partir de Julho entrou em funcionamento o Serviço GalpFrota/ADFA, que obrigou a todo o trabalho logístico/administrativo, apoiado pela Informática, de inscrição, emissão e controlo dos cartões dos associados, bem como ao trabalho de coordenação e relacionamento directo com a CGD e serviços financeiros da Galp. O trabalho foi assegurado por um trabalhador, inicialmente a tempo inteiro e posteriormente a tempo parcial, sob a orientação da Técnica de Gestão da ADFA.

Foi apresentado à Câmara Municipal de Silves um anteprojecto para construção de um Centro de Repouso e Reabilitação na área desta Autarquia, aguardando-se até ao final do ano, a sua aprovação pelos serviços competentes da Autarquia e ratificação pela Assembleia Municipal de Silves.

A Secretaria de Estado da Cooperação disponibilizou as primeiras verbas destinadas aos projectos de cooperação em Angola, em parceria com a nossa congénere angolana AMMIGA.

Ainda dentro das actividades da cooperação, foram tomadas medidas para constituição formal da empresa Miraforma, com capital da ADFA e da firma G6 que exerce as suas actividades de prestação de serviços e formação em Angola.

Foi apresentado à Secretaria de Estado da Cooperação o apelo formulado pelo Governo da Guiné-Bissau para que a ADFA participe na recuperação do centro de reabilitação e fabrico de próteses em Brá.

Foram efectuados contactos com a Secretaria Regional de Saúde e Segurança Social da Região Autónoma dos Açores, no sentido de instalar um centro de fabrico de próteses e ortóteses e de reabilitação funcional nas antigas instalações do Hospital de Ponta Delgada.

O respectivo projecto foi elaborado e entregue a esta entidade no final de 1997.

2.5 - Tipografia-Escola

A Tipografia-Escola da ADFA continuou no ano de 1997 as suas actividades nas áreas da produção e formação profissional.

No respeitante à formação profissional foi realizado um esforço no sentido de se melhorar a formação teórica e as condições de habitabilidade dos formandos.

Continuam também a fazer-se esforços para encontrar um local alternativo condigno à implantação desta unidade produtiva, o que se veio finalmente a concretizar no último trimestre de 1997, com a possível cedência de uma parte da Escola Prática de Administração Militar (EPAM) pelo MDN.

O local foi inspeccionado por um representante da Direcção Geral de Infra-estruturas do MDN, acompanhado por elementos da DN e encarregado da Tipografia, tendo-se concluído que existem condições óptimas para a instalação da Tipografia, desde que sejam disponibilizados os necessários recursos financeiros para esta operação.

Foi melhorado o parque de máquinas da unidade produtiva com a aquisição de um novo equipamento para agrafar volumes e brochuras.

Foi também adquirida uma nova viatura de carga, para transporte e distribuição das encomendas aos clientes, pelo facto da anterior se encontrar no final da sua vida útil, como veículo comercial.

A facturação total da unidade foi superior à registada no ano transacto, atingindo o valor de cerca de 132 mil contos.

2.6 - Formação Profissional

Foram ministrados, no decorrer do ano na Sede, 6 cursos de Formação Profissional a um total de 43 formandos.

Foram eles os seguintes:

- Escritório Electrónico (Estágio e Formação)
- Encadernação
- Artes Gráficas
- Artesanato, Escultura e Pintura
- Técnico de Sistemas Eléctricos e Electrónicos (estágios).

As referidas acções de formação, apoiados pelo IIEFP, tiveram custos globais de 67.5 mil contos.

Foram também preparadas e entregues pelos serviços competentes, as candidaturas para os cursos que terão lugar em 1998, se obtiverem a respectiva aprovação:

- Escritório Electrónico (formação e estágio)
- Artes Gráficas (especialização em fotocomposição)

Prosseguiu ainda a política de apoio e procura de emprego para ex-formandos dos cursos de Formação Profissional da ADFA.

Assim, a equipa que desde Abril do presente ano tem estado ocupada na digitalização de dados para o preenchimento da Base de Dados Biográficos dos Associados, tem sido constituída na sua quase totalidade por ex-formandos da ADFA.

A coordenadora dos Cursos, tem prosseguido os contactos com empresas e serviços públicos, tendo sido possível colocar vários ex-formandos, todos deficientes, no mercado de trabalho exterior à Associação.

2.7 - Gabinete de Estudos

O Gabinete de Estudos Documentação e Informação (GEDI) continuou e ampliou as suas actividades de recolha, sistematização e divulgação da informação respeitante à ADFA e à problemática da reabilitação das pessoas com deficiência.

A Técnica responsável por este gabinete participou, em representação da ADFA, em várias jornadas promovidas por diversas entidades sobre a temática da reabilitação, tratamento e informação, ajudas técnicas e novos meios ao dispor das pessoas com deficiência no trabalho.

Foi adquirido e instalado um novo Programa denominado PORBASE (base de dados homologada pela UNESCO) e que vinculou a ADFA a um protocolo com a Biblioteca Nacional.

Este serviço apoiou e acompanhou cerca de 15 grupos de estudantes que estavam interessados na temática da reabilitação, ou que preparavam trabalhos sobre a Guerra Colonial e a própria ADFA.

O GEDI colaborou e interveio na utilização da Internet para divulgação da página acerca da ADFA, estando em preparação novas iniciativas para divulgação da Associação e suas actividades neste sector.

2.8 - Jornal ELO

O funcionamento do Jornal ELO durante 1997, foi objecto de grande preocupação e requereu um acompanhamento muito particular.

Para além da extinção do Conselho Redactorial, houve necessidade de nomear um novo Director para o jornal, na sequência da demissão do anterior Director em Maio.

A remodelação técnica do jornal em que intervieram os quadros técnicos, admitidos em finais de 1996, introduziu um novo e desejado nível de qualidade e rigor neste órgão de comunicação.

No entanto houve alguns efeitos negativos a nível do seu conteúdo associativo, o que conduziu a situações de conflitualidade aberta ou latente que se arrastaram praticamente até ao final do ano, culminando com a demissão voluntária desta equipa.

A admissão de uma trabalhadora administrativa a tempo inteiro, teve reflexos muito positivos, como a organização dos arquivos, angariação de nova publicidade e controlo de assinaturas e ofertas.

Foi adquirido novo material informático de grande qualidade para composição gráfica e o respectivo software de apoio.

Espera-se que seja possível em 1998, apresentar um jornal de qualidade e com um conteúdo de informação que reflecta a realidade da Associação, nos seus múltiplos aspectos.

2.9 - Departamento de Apoio aos Sócios (DAS)

Este Departamento que sofreu uma profunda remodelação em 1996 prosseguiu a sua actividade, tendo efectuado o atendimento personalizado a cerca de 40 pessoas por dia útil de trabalho, ou seja um total de ± 8500.

No tocante ao Gabinete Jurídico, foram efectuadas cerca de 50 consultas e 28 alegações.

Das 138 consultas directas, 40 deram origem a 39 aberturas de novos processos.

O Chefe do Departamento, elaborou ainda cerca de 35 pareceres e memorandos técnicos sobre vários projectos de Decretos-Lei, tendo ainda participado em diversas reuniões e

entrevistas com os representantes do Governo e dos Serviços Públicos, como Jurista e Técnico de Apoio à Direcção Nacional.

O serviço de Atendimento directo apoiou os associados de todo o país, tendo ainda sido consultado com frequência pelos serviços de todas as Delegações da ADFA.

No decorrer do ano de 1997 foram admitidos 384 novos associados efectivos, havendo a lamentar o falecimento de cerca de 200 associados a nível nacional.

Foram ainda emitidos 959 novos cartões das ADM.

O serviço de Apoio Social atendeu directamente cerca de 200 associados e suas famílias, tendo a Técnica de Serviço Social e os trabalhadores integrados no serviço, efectuado cerca de 70 deslocações aos estabelecimentos hospitalares e ao domicílio, em resposta a solicitações surgidas.

A maior percentagem das situações colocadas pelos associados, dizem respeito à Saúde, seguindo-se a Habitação e os problemas relativos a graves carências económicas.

Pensamos que este Departamento desempenha um papel fundamental no apoio aos associados e terá de ser ampliado especialmente no respeitante ao Serviço Social.

3. - Serviços Clínicos

Os Serviços Clínicos da ADFA na sede, nas suas várias valências, funcionaram todo o ano com excepção do mês de Agosto, onde apenas se verificaram algumas consultas de Clínica Geral e Urologia.

A especialidade Gastrenterologia só iniciou o seu funcionamento a partir de Julho, a de Fisioterapia a partir de Fevereiro, a de Acupunctura em Junho, Estomatologia e Próteses Dentárias em Julho.

A reestruturação e preparação das instalações para estas novas consultas, requereram um investimento importante, com especial destaque para a Estomatologia.

A aquisição de equipamentos, a sua instalação e a correcção de pequenas deficiências surgidas, tem-se processado paulativamente, como seria natural em circunstâncias semelhantes.

Foi necessário contratar novos profissionais de saúde, técnicos e preparar todo o apoio logístico, administrativo, até ao atendimento aos pacientes.

A integração deste pessoal na equipa dos trabalhadores da ADFA é um trabalho que vai continuar a realizar-se, mas que requer um grande esforço de acompanhamento nos planos de gestão de meios e de recursos humanos.

Apresentam-se seguidamente alguns elementos estatísticos que só por si, revelam o êxito e a aceitação que estes serviços tiveram por parte de associados e seus familiares.

Clinica Geral (actos médicos)	1786
Urologia	105
Psiquiatria	64
Psicologia Clínica	57
Gastrenterologia	20
Estomatologia	461
Protésico	75
Acupunctura	128
Fisioterapia	173
Fisioterapia	3239
Análises clínicas	119

Ainda de referir que a celebração de novos acordos com os serviços das ADM dos três ramos das Forças Armadas, se revestiu de grande importância, ocupando muito tempo na preparação dos protocolos e nas reuniões específicas a que obrigaram.

3.1 - Serviço de Apoio Informático

No decorrer de 1997 foi efectuado o trabalho de digitalização dos elementos biográficos dos associados, por uma equipa de pessoal contratado para o efeito, sob a direcção de um trabalhador efectivo e antigo responsável pelo contencioso.

Para se dar uma ideia do esforço efectuado, foram digitalizadas informações respeitantes a mais de dez mil processos da Sede e em nove Delegações.

A Delegação do Porto e de Viseu tomaram a seu cargo este trabalho para os seus respectivos associados.

No final do ano estávamos quase em condições de iniciar a validação desta enorme base de dados, depois de se efectuar os respectivos ajustamentos e encaixe dos registos do Porto e de Viseu, no conjunto nacional.

Entrou em funcionamento normal um novo programa destinado ao recebimento de quotas e passagem automática do respectivo recibo.

O controlo de presenças em Assembleias Gerais passou também a ser efectuado por rotina, tendo o respectivo programa sido utilizado na Sede e na Delegação do Porto.

Foram efectuadas deslocações às Delegações de Viseu, Castelo Branco, Coimbra, Bragança, Famalicão, Porto e Évora para instalação de novo software, correcção do que se encontrava instalado e instrução de operadores.

Este trabalho terá de ser continuado e ampliado em 1998.

Foram instalados novos sistemas (Hardware) nas Delegações de Bragança, Porto, Coimbra, Castelo Branco e Évora.

Após a conclusão da base de dados biográficos, haverá que melhorar a apresentação visual dos programas e proceder à sua instalação definitiva em todas as delegações.

O maior esforço terá que ser efectuado na formação de pessoal e na mudança de mentalidades, o que constitui um processo moroso e delicado.

Foi elaborado um acordo com uma equipa de finalistas da Universidade Autónoma de Lisboa, sob a orientação do Professor Dr. Luís Manuel Dias Damaso, tendo em vista a melhoria da apresentação visual da Base de Dados e estudo da melhor solução técnica para efectuar a interligação a nível nacional dos sistemas informáticos em utilização.

3.2 - Pessoal

Durante o ano foi posto em prática um plano de Formação de Pessoal da ADFA, através de contratos efectuados com empresas da especialidade.

Destacam-se pela sua importância as seguintes:

CURSO I - Abril a Julho - Desenvolvimento de Competências de Chefia

CURSO II - Out a Dez- Desenvolvimento de Competências Administrativo-Comportamental

CURSO III - Out a Nov - Desenvolvimento de Competências Sócio-Comportamentais

A política que se tem procurado pôr em prática, visa essencialmente a preparação de um quadro de técnicos superiores nas diversas especialidades que tomam a seu cargo a condução dos serviços da Associação, de modo a libertar os elementos da Direcção Nacional para as tarefas político-associativas para as quais foram verdadeiramente eleitos.

Pensa-se que há necessidade absoluta de libertar cada vez mais os Órgãos Sociais e em particular o executivo, das tarefas de gestão corrente, a que tem tantas vezes necessidade de se dedicar, por manifesto estrangulamento dos serviços.

Criou-se um grupo de trabalho para efectuar propostas que sistematizem a progressão de carreiras e as respectivas tabelas de vencimentos.

Pretende-se que uma certa anarquia na admissão e selecção de pessoal, seja substituída por critérios sólidos de selecção e gestão dos recursos humanos.

Nesse sentido, têm sido estabelecidas regras para a selecção de pessoal que passam sempre por teste de carácter comportamental e psicológico, bem como por provas concretas de demonstração de capacidades profissionais para os lugares a que os candidatos concorrem.

Foi reformulada a descrição de funções de todos os trabalhadores da Sede e Delegações, que trará elementos importantes para uma nova política de pessoal na Associação.

Actividades Externas

1 - Representação e Imagem externa da ADFA

A Associação passou a fazer parte do Conselho Consultivo do Lar Militar que iniciou as suas funções em Fevereiro.

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E CONTAS DA ADFA - 1997

De acordo com a lei orgânica do Lar, este conselho tem por função emitir pareceres sobre todos os assuntos respeitante ao funcionamento interno da instituição, admissão de civis e a qualidade de vida dos internados no Lar, entre outros.

O Secretário de Estado da Defesa, recebeu a DN da ADFA em Março e o Presidente da CML visitou a Sede da ADFA, onde em reunião efectuada tomou conhecimento dos projectos da Associação, da situação de falta de habitação para muitos associados africanos na área da grande Lisboa e da morosidade da conclusão das obras na Av. Rainha D. Amélia, bem como da falta de acessibilidade existente um pouco por toda a parte na cidade.

A DN realizou de Abril a Junho reuniões de trabalho com os representantes nacionais do Partido Social Democrata, do Partido Popular e do Partido Comunista, sensibilizando-os para a situação legislativa e a falta de respostas concretas do Governo às questões colocadas pela Associação.

Também a Direcção da Delegação do Porto efectuou idênticos contactos tendo os representantes regionais dos partidos políticos visitado as instalações desta Delegação.

Foi realizado em conjunto com a RTP um filme de uma hora sobre a Guerra Colonial, em que se retrata de um modo especial as expressões de todos os que durante os 13 anos

de guerra colonial deram o melhor de si próprios no cumprimento do dever militar.

A ADFA esteve presente em 9 de Abril nas cerimónias de homenagem ao soldado desconhecido que se realizaram na Batalha, numa cerimónia presidida pelo Secretário de Estado da Defesa.

Na homenagem prestada em Junho pela Câmara Municipal de Oeiras aos mortos na Guerra Colonial, a ADFA esteve representada, tendo sido inaugurado um monumento evocativo num dos jardins da localidade.

Na Feira Internacional de Lisboa teve lugar em Junho, o II Fórum da Cooperação e Solidariedade, tendo a Associação estado presente com um local de exposição próprio.

No seminário internacional sobre o problema dos refugiados na África Austral, realizado em Novembro em Lisboa, a Associação chamou a atenção sobre a situação dramática de ex-combatentes portugueses da guerra colonial, que sofrem de "stress de guerra" e da necessidade de promover o despiste e tratamento das pessoas afectadas por esta doença.

2 - Estratégia Legislativa

De entre as várias questões apresentadas no Documento intitulado "Estruturas de Apoio e

Legislação para os Deficientes Militares", foram definidas algumas como prioritárias, dentro do princípio fundamental de atendimento em primeiro lugar às situações de maior carência e consequentemente de maior injustiça relativa.

Deste modo, em todas as audiências com os representantes do poder político, e nas próprias reuniões do Conselho Consultivo para os Assuntos dos Deficientes das Forças Armadas foi apresentada a situação das viúvas, da acumulação de Pensões de Invalidez com a Pensão de Aposentação para os Deficientes em Serviço, das Juntas Médicas e do seu funcionamento, a dos deficientes militares que não auferem qualquer pensão e da falta de enquadramento jurídico para o "stress de guerra", com todas as consequências que de tal facto advém.

Em relação a algumas das questões foi elaborado pelo MDN um conjunto de 3 projectos de diplomas legislativos que foram discutidos no CCADFA, mantendo a ADFA a sua discordância pontual em relação a alguns aspectos desses diplomas.

O MDN enviou em Julho de 1997 os referidos projectos para a Secretaria de Estado do Orçamento, onde permaneceram sem qualquer resposta até ao final do ano.

Esta situação e a publicação do Decreto-Lei 134/97 (Capitães-Coronéis), com que a ADFA

não concordou devido ao seu carácter restritivo, conduziram a uma situação de impasse que se manteve até ao final do ano, visto que entretanto houve uma mudança completa dos responsáveis pela condução política do Ministério da Defesa.

A política de diálogo praticada pelos Órgãos da ADFA e ratificada nas Assembleias Gerais que ocorreram em 1997, parece agora necessitar de ser revista no decorrer de 1998.

Em grande parte devido aos esforços da ADFA foram publicados os Decretos-Lei que regulam o Estatuto dos militares em Missões Humanitárias e de Paz e em Acções de Cooperação Técnico Militar no Estrangeiro.

A base e referência destes diplomas é o Decreto-Lei nº 43/76 que diz respeito, como sabemos ao Estatuto de DFA.

Também como resultado do trabalho efectuado neste domínio pela ADFA, foi finalmente dada aos Deficientes em serviço a possibilidade de auferir de subsídio de desemprego.

3 - Intervenção na Política Nacional de Reabilitação

A ADFA enviou em Janeiro ao Ministério da Solidariedade, a pedido do respectivo Ministro, uma proposta de Plano de Acção a médio prazo, no sentido de encontrar soluções concretas que permitam a inserção das pessoas com deficiência no nosso País.

No debate promovido pela Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, em Maio, subordinado ao tema do "Desemprego, Pobreza e Exclusão Social", a ADFA apresentou uma comunicação respeitante ao desemprego e às medidas concretas que permitam o combate a esse flagelo social.

Na reunião efectuada em Julho com o Secretário Nacional de Reabilitação, foram tratadas as questões relacionadas com a composição do futuro Conselho Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência (CNRIPI) e apresentadas as sugestões tendentes a sensibilizar os técnicos e autarcas para os problemas das barreiras arquitectónicas nas cidades.

A Associação tomou posição pública acerca da composição do Conselho Nacional para Reabilitação, através de carta dirigida em Outubro ao Ministro da Solidariedade e Segurança Social, ao Secretário de Estado da Inserção Social e ao Secretário Nacional de Reabilitação, discordando do facto de não estar prevista a representação de associações de polideficientes, o que excluiria a partida a ADFA de ter assento neste Conselho.

No auditório da Sede realizou-se em Setembro uma jornada de sensibilização de autarcas, promovida pelo SNR e sugerida oportunamente pela ADFA, subordinada ao tema "Acessibilidade para todos".

Estiveram presentes representantes de cerca de 30 autarquias, técnicos e dirigentes associativos.

A Associação passou a integrar o Conselho Municipal para a Integração de Pessoas com Deficiência (CMIPD) que se reuniu pela 1ª vez em Novembro, tendo aprovado o seu respectivo regulamento e já em funcionamento.

CENTRO DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL DE GAIA

Com o objectivo de ultrapassar as dificuldades actualmente existentes ao nível do CRPG, em consequência do facto do Centro não ter personalidade jurídica suficiente para sustentar toda a gama das actividades que desenvolve, foi desenvolvido durante 1997 um grande esforço em parceria com a CERCIGAIA e IEFP.

Realizou-se mesmo em Novembro de 1997 uma reunião no Centro com a Sra. Vice-Presidente do IEFP, dirigentes da Delegação Regional Norte e dirigentes dos serviços centrais, onde foram analisados os problemas e definida uma estratégia para a sua resolução, isto é conferir ao Centro a qualificação jurídica, que permita a autonomia de gestão que carece.

No âmbito das suas actividades, o Centro continuou a prestar os serviços que normalmente disponibiliza, ao mesmo tempo que continuou a desenvolver novos projectos que têm solidificado a sua imagem de competência técnica, nesta área.

ADFA - ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS (Un. contos) SEDE

CÓDIGOS DAS CONTAS	CUSTOS E PERDAS	1997	1996	CÓDIGOS DAS CONTAS	PROVEITOS E GANHOS	1997	1996
61	Custo das Mercadorias Vendidas	15.368	13.101	71	Vendas de Mercadorias		
				72	Prestação de Serviços	56.874	31.936
		15.368	13.101			56.874	31.936
62	Fornecimentos e Serviços Externos	115.545	22.810				
	Custos com o Pessoal						
642	Remunerações	68.463	48.949	73	Proveitos Suplementares	0	0
645	Encargos Sociais	8.038	6.098	74	Subsídios à Exploração	72.000	70.562
				76	Outros Proveitos Operacionais	42.849	31.927
		192.046	77.857		Quotização	22.287	19.570
66	Amortizações do Imobilizado Corpóreo	23.979	20.565				
67	Provisões	246				137.136	122.059
		24.225	20.565	77	Subsídios	65.824	
				78	Proveitos e Ganhos Financeiros		
					Outros Juros e Proveitos Similares	2.913	2.012
63	Impostos	22	24				
65	Outros Custos Operacionais	12.018	11.665				
	Dotações às Delegações	15.829	15.901				
		27.869	27.590	79	Proveitos e Ganhos Extraordinários	4.870	5.855
68	Custos Financeiros						
	Juros de Serviços Bancários	602	297				
69	Custos e Perdas Extraordinárias	2.620	1.815				
88	Resultado Líquido do Exercício	4.887	20.637				
	TOTAL DO DÉBITO	267.617	161.862		TOTAL DO CRÉDITO	267.617	161.862

ADFA - ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA (Un. contos) SEDE + DELEGAÇÕES

CÓDIGOS DAS CONTAS	CUSTOS E PERDAS	1997	1996	CÓDIGOS DAS CONTAS	PROVEITOS E GANHOS	1997	1996
61	Custo das Mercadorias Vendidas	25.169	19.747	71	Vendas de Mercadorias		
				72	Prestação de Serviços	1.624	973
		25.169	19.747			71.273	43.533
62	Fornecimentos e Serviços Externos	137.107	41.214				
	Custos com o Pessoal						
642	Remunerações	97.556	59.152	73	Proveitos Suplementares	507	686
645	Encargos Sociais	12.429	25.969	74	Subsídios à Exploração	76.858	72.300
				76	Outros Proveitos Operacionais		
		247.092	126.335		Quotização	56.431	51.106
66	Amortizações do Imobilizado Corpóreo	31.860	24.321		Outros Proveitos	47.631	34.971
67	Provisões	246				181.427	159.063
		32.106	24.321	77	Subsídios	65.824	
				78	Proveitos e Ganhos Financeiros		
63	Impostos	67	37		Outros Juros e Proveitos Similares	3.584	2.886
65	Outros Custos Operacionais	15.911	15.212				
		15.978	15.249	79	Proveitos e Ganhos Extraordinários	6.458	12.676
68	Custos Financeiros						
	Juros de Serviços Bancários	618	310				
69	Custos e Perdas Extraordinárias	2.986	3.361				
88	Resultado Líquido do Exercício	6.241	29.808				
	TOTAL DO DÉBITO	330.190	219.131		TOTAL DO CRÉDITO	330.190	219.131

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E CONTAS DA ADFA - 1997

Execução de vários projectos e apresentou candidaturas para novos.

Avaliação / Orientação - 207 utentes - provenientes de 9 distritos das Regiões Norte e Centro

Formação Profissional - 255 formandos, provenientes de 9 distritos das Regiões Norte e Centro.
302 176 horas de formação

Tecnologias de Reabilitação

Sector de Informação e Aconselhamento

416 utentes - provenientes de 11 distritos
765 intervenções

- Informação e Aconselhamento - 241
- Consultadoria - 268
- Treino e Motivação - 152
- Apoio a Financiamentos - 88
- Avaliação e Acompanhamento - 16

Sector de Desenvolvimento e Comercialização

Intervenções

Comercialização 491
Produção 211
Reparação 175
Total 877

Deficientes das Forças Armadas

Hospital Militar Regional nº 1
Utentes - 146

Comercialização 108
Almofada antiescara 2
Auxiliares de Marcha 14
Cadeiras de banho 3
Cadeiras de rodas 11
Calçado ortopédico 4
Mangas de suspensão 14
Meias coto 41
Meias descanso 4
Talas 2
Diversos 13

Produção 51
Prótese membro superior 8
Prótese membro inferior 43
Reparações 31
Cadeiras rodas 2
Próteses membro superior 12
Próteses membro inferior 16
Substituição encaixe 1
Total Intervenções 190

Projectos

Iniciativa Comunitária - Emprego - Horizon
Em curso - 1 Novas candidaturas - 1

Iniciativa Comunitária - Emprego - Youthstart
Novas Candidaturas - 1

Iniciativa Comunitária Adapt
Em curso - 1 Novas candidaturas - 1

Programa Leonardo Da Vinci
Em curso - 3

Programa Tide
Em curso - 1

Programa Pessoa
Novas candidaturas - 2

Programa "Training for work" - IBM
Em curso - 1

Na sequência da candidatura para o efeito apresentada ao Instituto para a Inovação na Formação - INOFOR - o Centro foi acreditado como entidade formadora.

4 - Intervenção Internacional

Em Fevereiro, um grupo de trabalho da ADFA esteve presente e colaborou numa reunião em Paris na Sede da FMAC, com o objectivo de se efectuarem as propostas de alteração necessárias à Revisão Estatutária da Federação.

Em Novembro teve lugar em Seoul (República da Coreia do Sul) a 22ª Assembleia Geral da FMAC onde a ADFA esteve representada,

ADFA - ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA (Un. contos) TIPOGRAFIA

CÓDIGOS DAS CONTAS	CUSTOS E PERDAS	1997	1996	CÓDIGOS DAS CONTAS	PROVEITOS E GANHOS	1997	1996
61	Custo das Mercadorias Vendidas	39.600	39.898	71	Vendas de Mercadorias		
		39.600	39.898	72	Prestação de Serviços	132.936	116.671
62	Fornecimentos e Serviços Externos	43.720	30.631			132.936	116.671
	Custos com o Pessoal						
642	Remunerações	22.261	23.969	73	Proveitos Suplementares		
645	Encargos Sociais	3.858	3.998	74	Subsídios à Exploração		
				76	Outros Proveitos Operacionais	173	
		69.839	58.598				
66	Amortizações do Imobilizado Corpóreo	8.452	8.981				
67	Provisões	47	1.014				
		8.499	9.995				
				78	Proveitos e Ganhos Financeiros		
63	Impostos	12	70		Outros Juros e Proveitos Similares	1.266	2.009
65	Outros Custos Operacionais	16.000	15.000			1.266	2.009
		16.012	15.070				
				79	Proveitos e Ganhos Extraordinários	1.060	993
68	Custos Financeiros						
	Juros e Custos Similares	315	1.945				
69	Custos e Perdas Extraordinárias	59	17				
88	Resultado Líquido do Exercício	1.111	(5.850)				
	TOTAL DO DÉBITO	135.435	119.673		TOTAL DO CRÉDITO	135.435	119.673

ADFA - ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS BALANÇO - TIPOGRAFIA (Un. contos)

CÓDIGOS DAS CONTAS	ACTIVO	1997			1996	CÓDIGOS DAS CONTAS	CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	1997	1996
		ACTIVO BRUTO	AMORTIZ. E PROVIS.	LÍQUIDO					
	IMOBILIZADO					CAPITAL PRÓPRIO			
	Imobilizações Corpóreas					Reservas			
422	Edifícios e Outras Construções					Subsídios			
423	Equipamento Básico	66.210	49.496	16.174	24.398	575			
424	Equipamento de Transporte	1.944	41	1.903	0	574			
425	Ferramentas e Utensílios					573			
426	Equipamento Administrativo	2.462	588	1.874	1.913	59	77.099	67.910	
429	Outras Imobilizações Corpóreas						(5.850)	9.189	
							71.249	77.099	
		71.678	50.125	21.553	27.373		Resultado Líquido do Exercício	1.111	(5.850)
							Total do Capital Próprio	72.360	71.249
	CIRCULANTE						PASSIVO		
31	Existências						PROVISÕES PARA RISCOS E ENCARGOS		
36	Matérias Primas, Subsidiárias e de Consumo	1.926		1.926	1.312	293	DÍVIDAS A TERCEIROS-CURTO PRAZO		
33	Produtos e Trabalhos em Curso						Fornecedores-c/Corrente	23.397	16.591
32	Produtos Acabados e Intermediários	1.246		1.246	533	221	Estado e Outros Entes Públicos	4.124	3.600
		3.172		3.172	1.845	24	Outros Credores	4.014	1.996
	DÍVIDAS DE TERCEIROS CURTO PRAZO							31.535	22.187
211	Clientes-c/Corrente	72.847	4.059	68.788	41.260		ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS		
							Acréscimos de Custos	13.285	110
268	Outros Devedores	92		92	92	273			
		72.939	4.059	68.880	41.352		Total do Passivo	44.820	22.297
12+13+14	Depósitos Bancários	23.465		23.465	22.642				
11	Caixa	110		110	288				
		23.575		23.575	22.930				
	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS								
	Total do Activo	171.364	54.184	117.180	93.546		Total do Capital Próprio e do Passivo	117.180	93.546

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E CONTAS DA ADFA - 1997

ADFA - ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS

BALANÇO - SEDE (Un.contos)

CÓDIGOS DAS CONTAS	ACTIVO	1997			1996 LÍQUIDO	CÓDIGOS DAS CONTAS	CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	1997 PASSIVO LÍQUIDO	1996 LÍQUIDO
		ACTIVO BRUTO	AMORTIZ. E PROVIS.	LÍQUIDO					
	IMOBILIZADO						CAPITAL PRÓPRIO		
	Imobilizações Corpóreas								
422	Edifícios e Outras Construções	578.741	35.440	543.301	554.875		Reservas Especiais		
423	Equipamento Básico	13.180	1.982	11.198	3.278	571	Subsídios	616.279	639.746
424	Equipamento de Transporte	9.879	6.887	2.992	3.781				
425	Ferramentas e Utensílios	1.704	777	927	127	59	Resultados Transitados	20.637	(23.467)
426	Equipamento Administrativo	63.484	42.423	21.061	18.504				
429	Outras Imobilizações Corpóreas	7.686	1.921	5.765				636.916	616.279
441/6	Imobilizações em Curso	11.551		11.551		88	Resultado Líquido do Exercício	4.887	20.637
		686.225	89.430	596.795	580.565		Total do Capital Próprio	641.803	636.916
	CIRCULANTE								
31	Existências				954				
36	Matérias Primas, Subsidiárias e de Consumo	448		448	281		PASSIVO		
33	Produtos Acabados e Intermédios						PROVISÕES PARA RISCOS E ENCARGOS		
32	Mercadorias	585		585	574	293	DÍVIDAS A TERCEIROS-CURTO PRAZO	246	
	DÍVIDAS DE TERCEIROS CURTO PRAZO								
	Cientes-c/Corrente	2.332		2.332	22	221	Fornecedores-c/Corrente	5.557	2.377
211	Estado e Outros Entes Públicos	35		35		24	Estado e Outros Entes Públicos	2.078	1.799
268	Centros Produtivos	3.982		3.982	8.996	268	Delegações	110	226
268	Delegações	10.863		10.863	4.709	268	Centros Produtivos		2.574
268	Outros Devedores	30.315		30.315	2.423	268	Outros Credores	45.135	495
		47.527		47.527	16.150		ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS	52.880	7.471
							Acréscimos de Custos	1.057	206
						273	Proveitos Diferidos		206
						274		1.057	206
159	TÍTULOS NEGOCIÁVEIS						Total do Passivo	54.183	7.677
	Outros Títulos Negociáveis								
12+13+14	Depósitos Bancários	49.156		49.156	45.223				
11	Caixa	157		157	734				
		49.313		49.313	45.957				
	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS								
271	Acréscimos de Proveitos								
		1.318		1.318	112				
	Total do Activo	785.416	89.430	695.986	644.593		Total do Capital Próprio e do Passivo	695.986	644.593

ADFA - ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS

BALANÇO CONSOLIDADO - SEDE + DELEGAÇÕES (Un.contos)

CÓDIGOS DAS CONTAS	ACTIVO	1997			1996 LÍQUIDO	CÓDIGOS DAS CONTAS	CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	1997 PASSIVO LÍQUIDO	1996 LÍQUIDO
		ACTIVO BRUTO	AMORTIZ. E PROVIS.	LÍQUIDO					
	IMOBILIZADO						CAPITAL PRÓPRIO		
	Imobilizações Corpóreas								
422	Edifícios e Outras Construções	619.741	41.494	578.247	575.453		Reservas	655.257	673.193
423	Equipamento Básico	18.336	3.905	14.431	7.352	571		0	0
424	Equipamento de Transporte	11.317	7.560	3.757	4.747		Resultados Transitados	47.250	(494)
425	Ferramentas e Utensílios	3.582	1.872	1.710	597	59			
426	Equipamento Administrativo	80.122	52.672	27.450	24.956				
429	Outras Imobilizações Corpóreas	9.326	2.174	7.152	26			702.507	672.699
	Imobilizações Incorpóreas								
431	Despesas Instalação	77	26	51					
441/6	Imobilizações em Curso	24.832		24.832	9.677	88	Resultado Líquido do Exercício	6.241	29.808
		767.333	109.703	657.630	622.808		Total do Capital Próprio	708.748	702.507
	CIRCULANTE								
31	Existências				954				
36	Matérias Primas, Subsidiárias e de Consumo	901		901	850		PASSIVO		
32	Mercadorias	2.507		2.507	2.631	293	PROVISÕES PARA RISCOS E ENCARGOS	246	
		3.408		3.408	4.435		DÍVIDAS A TERCEIROS-CURTO PRAZO		
	DÍVIDAS DE TERCEIROS CURTO PRAZO								
	Cientes-c/Corrente	2.686		2.686	418	221	Fornecedores-c/Corrente	6.371	2.644
211	Estado e Outros Entes Públicos	35		35		24	Estado e Outros Entes Públicos	2.742	2.454
268	Centros Produtivos	3.982		3.982	3.988	268	Centros Produtivos		2.473
268	Outros Devedores	19.268	30	19.238	3.988	268	Outros Credores	48.522	2.800
		25.971	30	25.941	13.402		ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS	57.635	10.371
							Proveitos Diferidos	1.384	517
						274			
159	TÍTULOS NEGOCIÁVEIS								
	Outros Títulos Negociáveis	0		0	0				
12+13+14	Depósitos Bancários	75.930		75.390	67.789		Total do Passivo	59.265	10.888
11	Caixa	4.165		4.165	4.794				
		79.555		79.555	72.583				
	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS								
271	Acréscimos de Proveitos	87		87	15				
272	Despesas com Custo Diferido	1.392		1.392	152				
		1.479		1.479	167				
	Total do Activo	877.746	109.733	768.013	713.395		Total do Capital Próprio e do Passivo	768.013	713.395

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E CONTAS DA ADFA - 1997

tendo participado nos trabalhos das diversas comissões especializadas.

Foram aprovadas todas as alterações dos Estatutos e do Regulamento Interno da Federação e eleitos os novos membros dos Órgãos Sociais desta Organização.

A ADFA apresentou 5 projectos de resolução, que foram aprovados na generalidade, sendo quatro deles respeitantes à situação económica e social dos deficientes militares e o quinto acerca da situação que se vive em Timor Leste.

Este último projecto de resolução foi apresentado conjuntamente pelas Delegações Portuguesa e da Indonésia, no sentido de se reconhecer a existência de uma ameaça à Paz e apoiando os esforços das Nações Unidas para se encontrar uma solução justa para o problema de Timor Leste.

No decorrer desta 22ª Assembleia Geral da FMAC foram dados os primeiros passos para que a Federação se empenhe de uma forma concertada na cooperação com as organizações e associações dos países mais carenciados do Continente Africano.

A ADFA colaborou com um recém criado Gabinete de Coordenação, expondo os projectos em desenvolvimento em Angola e apresentando as questões relacionadas com os pedidos de apoio recebidos da Guiné-Bissau.

Realizou-se em Paris, em Setembro, o 10º Congresso Internacional de Cegos de Guerra, tendo a Delegação da ADFA apresentado duas propostas que, após algum debate foram aprovadas na generalidade.

A primeira dizia respeito à necessidade de se porem em prática todas as resoluções aprovadas em anteriores congressos e a segunda ao estudo da possibilidade de representação dos PALOP virem a estar presentes em futuros congressos.

Em Janeiro foi efectuada uma jornada de trabalho em Moçambique, com o Núcleo de Maputo. Aproveitando a estadia de um elemento do Conselho Nacional no Maputo, por razões de

ordem profissional, realizou-se um levantamento da situação e das necessidades no local, tendo sido também efectuados vários contactos com o Governo e responsáveis locais de modo a serem criadas as condições necessárias ao desenvolvimento de actividades deste Núcleo.

À data em que se escreve o presente Relatório foi já entregue ao MDN um projecto para construção das instalações do Núcleo no Maputo.

III DELEGAÇÕES

Durante o ano de 1997, as Delegações prosseguiram as suas actividades numa perspectiva descentralizada e de responsabilidade, tornando cada vez mais real o âmbito nacional da ADFA.

Das actividades desenvolvidas pelas Delegações e como exemplo da capacidade de organização local, realça-se a realização na Delegação de Bragança do XXIII Aniversário da ADFA, numa acção conjunta de vários pólos, que passaram fundamentalmente pela Sede, Delegações do Porto e Famalicão.

Coimbra

A Delegação de Coimbra continuou a exercer as suas actividades de atendimento aos associados.

Esta Delegação realizou, através da sua secção de campismo, o 1º Acampamento Nacional para Deficientes em Miranda do Corvo, em Junho de 1997.

Este evento contou com o apoio das autarquias da zona e das autoridades militares da Região Centro.

Durante a realização do acampamento, tiveram lugar várias actividades culturais e recreativas que ocuparam as dezenas de pessoas, que acorreram de vários pontos do País para participar neste acontecimento desportivo.

A Delegação levou a cabo, como é habitual todos os anos, um concurso de Pesca Desportiva que teve grande dinamismo e afluência de desportistas.

Madeira

A Delegação da Madeira tem exercido a sua actividade promovendo contactos múltiplos com entidades e governo regional e com as autoridades militares da região, tendo em vista a apresentação dos problemas locais dos associados, continuou o apoio e o atendimento nas instalações da Delegação, tendo sido admitido uma nova trabalhadora por ter sido rescindido o contrato com o trabalhador que exercia funções nesta Delegação.

Foram realizadas reuniões com os associados para debate e informação acerca da legislação e realização da habitual Festa de Natal em Dezembro.

Évora

A Delegação de Évora prosseguiu o normal atendimento aos associados.

Foi instalado um posto de trabalho informatizado (PC + Impressora) e ministrada formação no local.

A Delegação celebrou a sua habitual Festa de Natal em Dezembro.

Ponta Delgada

A Delegação de Ponta Delgada prosseguiu o normal atendimento aos associados.

Foram desenvolvidos esforços a nível local para obter do governo Regional instalações onde seja possível instalar o futuro Centro de Reabilitação Funcional e de Produção de Próteses e Ortóteses já relatado anteriormente no presente relatório.

Castelo Branco

A Admissão de uma trabalhadora e a introdução de meios informáticos nesta Delegação, proporcionará a curto e médio prazo a melhoria da prestação de serviços aos associados residentes naquela zona do País.

O apoio administrativo na área do recebimento das participações das ADM continuou em 1997 a constituir o maior esforço da Delegação.

Famalicão

A Delegação de Famalicão prosseguiu a sua política de abertura de Núcleos, tendo-se realizado eleições para o Núcleo de Braga.

O Aniversário da Delegação e a Festa de Natal, constituíram momentos altos da participação associativa, envolvendo mais de cento e cinquenta associados e familiares, para além da presença de representantes dos Órgãos Sociais Nacionais e Órgãos Sociais das Delegações.

A atribuição por parte da Câmara Municipal de Famalicão de uma loja no centro da cidade, para as novas instalações da Delegação, concretizou o velho sonho de instalações próprias, embora e para que tal venha a ser possível, se tenham iniciado as necessárias obras de construção civil e adaptação.

Para estas obras a ADFA contou com o apoio da Autarquia que ofereceu os materiais de construção e louças sanitárias.

O avultado investimento obrigou a recorrer a fundos financeiros da Associação, prevendo-se o final das obras para Maio de 1998.

A admissão de uma nova funcionária e a implementação dos serviços informáticos foram decisivos para a melhoria da qualidade dos serviços prestados.

Os órgãos da Delegação de Famalicão, empenharam-se no fortalecimento da ADFA como organização nacional, acompanhando de perto toda a dinâmica associativa, nas áreas de gestão e reivindicação legislativa.



VENDAS ESPECIAIS

PARA DEFICIENTES

Contacte os serviços da ADFA
Alberto Pinto
Telf. (01) 757 04 22

CONCESSIONÁRIO FIAT

Trevauto
STAND: Rua da Venezuela, 65 A/B - 1500 LISBOA - Tels.: 760 89 60/7 - 760 82 53 - 760 52 78 - Fax: 760 52 78
STAND: Rua de Amóios, 89A - 1100 LISBOA - Tels.: 316 72 00/316 72 13 - Fax: 352 00 96
STAND: Rua Virgílio Correia 17-B - 1600 LISBOA - Tels.: 726 98 89/726 99 13 - Fax: 726 96 39 (à Estrada da Luz)
ASSISTÊNCIA TÉCNICA: Rua Heróis de Quiroga, 14A - 1100 LISBOA - Tels.: 812 32 75 - 814 47 17

Contacto: TREVAUTO 316 72 00 - Francisco Galhano

DESCONTOS:

PEÇAS: 25%
OFICINA: 15%

(MANUEL CORREIA) TELF. 316 72 00
(HUMBERTO LOURENÇO) . . . TELF. 812 32 75



Felicia e Felicia Break

Automóveis feitos a pensar em si.



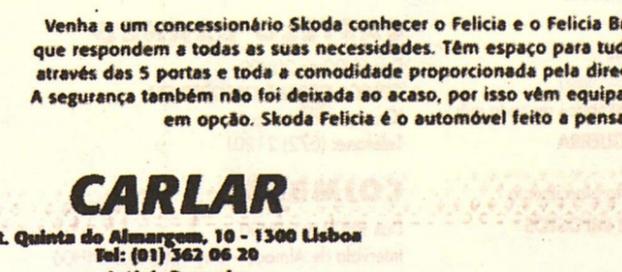
Felicia 1.3 GLXi
C.C. 1289
P.V.P. 2 150 contos



Felicia 1.9 GLXD
C.C. 1896
P.V.P. 3 480 contos



Felicia Break 1.3 GLXi
C.C. 1289
P.V.P. 2 350 contos



Felicia Break 1.9 GLXD
C.C. 1896
P.V.P. 3 680 contos

Venha a um concessionário Skoda conhecer o Felicia e o Felicia Break, dois automóveis que respondem a todas as suas necessidades. Têm espaço para tudo, facilmente acessível através das 5 portas e toda a comodidade proporcionada pela direcção assistida de série. A segurança também não foi deixada ao acaso, por isso vêm equipados com ABS e Air Bag em opção. Skoda Felicia é o automóvel feito a pensar em si.

CARLAR

R. Quinta do Almarçom, 10 - 1300 Lisboa
Tel: (01) 362 06 20
António Bernardino
Delegado de Vendas Especiais para Deficientes
Telemóvel: 0936 62 80 41


Grupo Volkswagen

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E CONTAS DA ADFA - 1997

Bragança

O 23º Aniversário da ADFA, comemorado no Distrito de Bragança, foi sem dúvida para os Brigantinos um motivo de orgulho.

No âmbito destas comemorações foram levadas a efeito várias acções de âmbito local e nacional, as quais deixaram marcas de prestígio para a nossa Associação, nesta zona do País.

Para atingir este objectivo, foi fundamental a grande participação associativa e o envolvimento directo e pessoal das mais altas entidades, religiosas, políticas e militares, bem como dos meios de comunicação social e opinião pública em geral.

A Delegação prestou os habituais apoios sociais e administrativos aos associados e manteve em funcionamento a sua secção de venda de material ortopédico, que hoje em dia já constitui uma referência neste ramo de actividade, na cidade de Bragança.

Porto

A Delegação procurou que o ano de 1997 fosse pautado por acções que visassem a execução dos objectivos aprovados pelo Conselho de Delegação, nomeadamente:

- Melhoria da prestação de serviços aos associados;
- Debate em torno dos problemas dos deficientes em serviço e das viúvas.

A concretização da aquisição das instalações da Delegação do Porto, marcou o ano de 1997 por ser um objectivo que se vinha perseguindo há longos anos.

A aquisição destas instalações, vai proporcionar o desenvolvimento de projectos de reabilitação e assistência aos associados residentes na zona norte.

Esta Delegação passou a contar no ano de 1997, com a colaboração de dois Técnicos, um na área social e outro na área jurídica, facto que contribuiu de forma significativa na melhoria do atendimento aos associados.

Para além dos apoios administrativos correntes, foi prestado um atendimento especializado e personalizado a cerca de 350 associados.

No que respeita à vida associativa, durante o ano de 1997 mais de 800 associados estiveram envolvidos em reuniões de trabalho e convívio, tanto na Sede da Delegação como nos Núcleos abrangidos por esta Delegação.

Na área do património iniciaram-se as obras no edifício pré-fabricado, com o objectivo de o adaptar a um ginásio de manutenção, balneários e consultórios clínicos.

O Serviço de Bar-Restaurante confeccionou e serviu cerca de 12.000 refeições.

Faro

A Delegação de Faro acompanhou de perto os contactos desenvolvidos junto da autarquia

de Silves, tendentes à obtenção de um terreno, para implantação de um Centro de Repouso e Lazer, destinado fundamentalmente a pessoas portadoras de deficiência e ex-combatentes, no âmbito da FMAC.

Durante o ano de 1997, esta Delegação desenvolveu vários contactos com a Câmara Municipal de Faro e o C.R.S.S., no sentido de se conseguirem novas instalações para esta Delegação, dado que as que actualmente ocupa na rua de S. Pedro, vão ser alienadas para outros fins.

A Delegação de Faro desenvolveu uma apreciável actividade associativa que culminou com a Festa de Natal, tendo igualmente participado em actividades locais promovidas pelas respectivas entidades públicas.

Viseu

A Delegação de Viseu prosseguiu o seu trabalho de contactos com os órgãos de comunicação locais (Rádios e Jornais), informando igualmente as entidades locais, Governo Civil, Câmara Municipal e Entidades Militares, sobre as situações que ainda hoje afectam os deficientes militares e suas famílias.

Os serviços da Delegação foram optimizados através dos meios informáticos o que possibilita uma ligação mais fácil com os serviços da Sede.

O tratamento pessoal e por escrito de mais de 1800 situações revela bem o esforço administrativo desta Delegação, que no interior do país mantém um contacto muito activo com os associados participando igualmente em todas as acções levadas a cabo pela Sede e Delegações.

Setúbal

A Delegação de Setúbal manteve o habitual atendimento aos associados, incluindo algum apoio domiciliário e a exemplo de todas as outras Delegações prestou apoio aos associados na obtenção das participações das ADM.

Realizou a tradicional sardinhada que já é uma referência a nível nacional da ADFA e reuniu os associados na Festa de Natal, tendo participado nalgumas realizações na cidade de Setúbal.

Jornal ELO

No ano de 1997, mercê das alterações introduzidas pela nova equipa de profissionais de comunicação social, o Jornal ELO estabilizou graficamente a sua imagem e melhorou substancialmente a qualidade de tratamento da informação, diversificando as matérias abordadas pelo nosso Jornal.

Mercê do esforço orientado para a melhoria técnica e gráfica do Jornal, descorou-se um pouco o tratamento dos assuntos eminentemente associativos, tendo ainda no final do ano sido reposta a normalidade no tratamento desta área.

Já no corrente ano foi remodelada a equipa técnica e de colaboradores do ELO, que garantirá o normal funcionamento do órgão de informação da ADFA, garantindo-se o equilíbrio e a harmonia entre as matérias técnicas de reabilitação, associativas, culturais, actividades internas e externas da ADFA e em especial os assuntos de interesse directo dos associados e seus familiares.

GEDI (Gabinete de Estudos, Documentação e Informação)

O Gabinete de Estudos, Documentação e Informação continuou a corresponder ao propósito de recolher, sistematizar e divulgar informação respeitante à ADFA e à problemática da reabilitação das pessoas com deficiência - não tanto quanto seria de desejar (principalmente no que toca à recolha e sistematização), por falta de meios financeiros para o apetrechar de livros e outros documentos, bem como de recursos informáticos.

Aqui se descrevem algumas das actividades do Gabinete durante o ano de 1997:

- Levantamento dos benefícios que a Portugal Telecom concede a clientes com necessidades especiais.

- Dia Nacional de Informação Helios, 6 de Janeiro, no Auditório do Laboratório Nacional de Engenharia Civil.

- Colóquio "A Guerra Colonial", 23 de Abril, Museu República e Resistência.

- Aquisição do programa PORBASE, base de dados homologada pela UNESCO e que vinculou a ADFA a um protocolo com a Biblioteca Nacional.

- Recepção, apoio e acompanhamento de estudantes (cerca de 15 grupos).

- XII Jornadas de Política Social, 15, 16 e 17 de Abril, Sala Magna do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

- III Encontro de Técnicos "Cultura e Acessibilidade", no Centro de Interpretação do Parque Ecológico de Monsanto, em 5 de Maio.

- Seminário "Sexualidade e Deficiência", no Auditório do Centro Social e Cultural da Paróquia da Portela de Sacavém.

- Presença no "II Fórum da Cooperação e Solidariedade", de 25 a 28 de Junho na FIL, stand da ADFA e respectiva concepção.

- Elaboração, com o CRPG, da página da ADFA para a Internet; entrada na Internet

- Revista de Imprensa, fotocópias e arquivo (diariamente)

Património

Durante o ano de 1997, elaboraram-se as fichas de imobilizado dos bens existentes na ADFA, em suporte informático.

Efectuou-se a identificação de todos os bens, a conferência física e atribuiu-se um código a cada bem, de modo a obter um controlo eficaz de todo o património de que a ADFA é detentora.

A ADFA em 1997, fez os seguintes investimentos em imobilizado (por grandes grupos):

- Equipamento informático 3.030.879\$00
- Ar condicionado - 8.279.833\$00
- Mobiliário - 2.158.102\$00
- Equipamento para os serviços clínicos (nomeadamente Fisioterapia e Estomatologia) - 6.509.378\$00
- Instalações (canalização, montagem de divisórias e pavimentos) - 4.223.738\$00
- Equipamento de cozinha - 242.189\$00
- Equipamento telefónico - 155.294\$00
- Outros imobilizados - 457.878\$00

Tipografia

Indicadores de Gestão

Prestação de Serviço	132.935.546
Vendas de Mercadorias e Produtos	0
Resultados Líquidos	1.111.221
Cash-Flow	9.609.547
Capital Social	0
Activo Total Líquido	121.293.847
Capitais Permanentes	72.360.019
Fundo de Maneio (Sentido Lato)	50.805.906
Número de Trabalhadores	12
Vendas por Trabalhadores	0
Volume Negócios por Trabalhador	11.077.962

Análise Económica

Rentabilidade Financeira	1,54%
Rentabilidade Económica	1,19%
Rentabilidade das Vendas	0,84%
Rotação do Activo Total	1,10
Rotação do Activo Fixo	6,17
Rotação do Activo Circulante	1,33
Prazo Médio de Cobrança (Meses)	7
Prazo Médio de Pagamento (Meses)	3
Rotação de Existências	12

Análise Financeira

Grau de Autonomia	59,66%
Grau de Dependência	40,34%
Solvabilidade	1,48
Líquidez Imediata	0,48
Líquidez (Tesouraria)	1,97
Líquidez Geral	2,04
Cash-Flow/Vendas	
Cash-Flow/Volume de Negócios	7,23%

Outros

Valor Acrescentado Bruto	49.775.739
VAB por Trabalhador	4.147.978

Serviços das Delegações

PORTO

SERVIÇOS SOCIAIS

Assistentes: Sónia Aguiar, Rogério Nascimento

SERVIÇO DE ACÇÃO SOCIAL

Segundas-Feiras - das 14H00 às 17H00

Quintas e Sextas-feiras - Das 10H00 às 12H00

Responsável: Dr.ª Margarida Marques

Assistentes: Carla Gradim, Isabel Sousa

GABINETE JURÍDICO

Responsável: Dr.ª Manuela Santos

BAR / RESTAURANTE

Almoços: Dias úteis e primeiros Sábados de cada mês

CONSULTAS SOBRE STRESS DE GUERRA

Médico: Dr. Gustavo Wallenstein

Marcações: Sónia Aguiar, Rogério Nascimento

VIATURAS COM ISENÇÃO de DE IMPOSTOS

Assistente: Elizabete Couto

CAMPO DE JOGOS

Domingos de manhã. Outras datas: João Coelho

CONTACTOS:

Telefone: (02)820403 / (02)820744

Fax: (02)825242

BRAGANÇA

Das 9H00 às 17H30

Intervalo de Almoço - Das 12H30 às 14H00

Telefone: (073) 22412

CASTELO BRANCO

Das 9H00 às 20H00

CLINICA GERAL E ORTOPEDISTA:

(Quando solicitados)

Telefone: (072) 21201

COIMBRA

Das 9H00 às 18H00

Intervalo de Almoço - Das 12H30 às 14H00

CAMPISMO E PESCA (INSCRIÇÕES)

Telefone: (039) 27712

ÉVORA

Das 9H00 às 18H00

Intervalo para Almoço - Das 12H30 às 14H30

Telefone: (066) 23473

FAMALICÃO

De Segunda a Sexta - Das 9H30 às 19H00

Intervalo para Almoço - Das 12H00 às 14H00

Sábados das 9H30 às 12H00

(excepto no último sábado de cada mês)

Telefone: (052) 322848

FARO

Das 9H00 às 18H00

Intervalo para Almoço - Das 12H30 às 14H00;

Telefone: (089) 28515

FUNCHAL

Das 9H00 às 17H30

Intervalo para Almoço - Das 12H30 às 14H00

Reunião da direcção, todas as Quartas (nestes dias a delegação encontra-se aberta até terminar a reunião)
Sextas - fechada à tarde
Telefone: (091) 765171

PONTA DELGADA

Das 9H00 às 18H00

Intervalo para Almoço - Das 12H00 às 14H00

Telefone: (096) 22221

SETÚBAL

De Segunda a Sexta - Das 9H00 às 18H00

Intervalo para Almoço - Das 12H30 às 14H00

UISEU

De Segunda a Sexta - Das 9H00 às 18H00

Intervalo para Almoço - Das 12H30 às 14H00

Telefone: (032) 416034

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E CONTAS DA ADFA - 1997

NOTA INFORMATIVA

O tratamento contabilístico adoptado foi de acordo com os procedimentos definidos no Plano Oficial de Contabilidade.

Sede + Delegações

Devemos referir primeiramente que a Demonstração de Resultados consolidados inclui as receitas e despesas com a Formação Profissional (Reabilitação e Activos) realizada na Sede. Queremos realçar os montantes de proveitos e ganhos, total no valor de 330.190 contos o que excede em 111.059 contos o total de 1996.

De referir ainda, o aumento verificado nos últimos anos na prestação de serviços (correspondendo actualmente a 21,59% do total das receitas).

As receitas de quotas aumentaram 10,42%, substancialmente acima do aumento da quota.

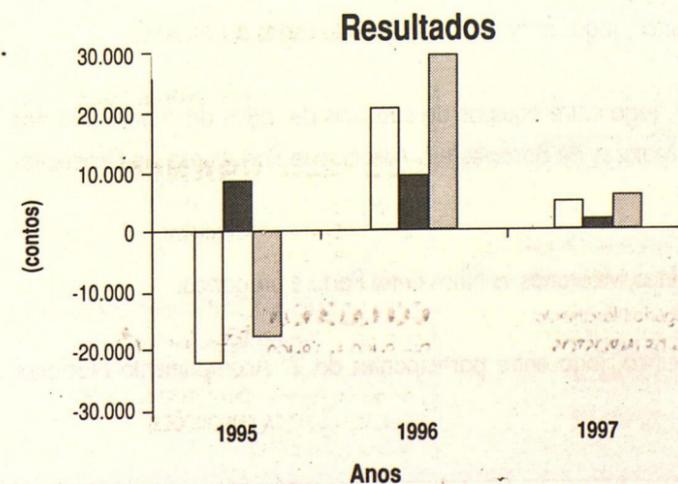
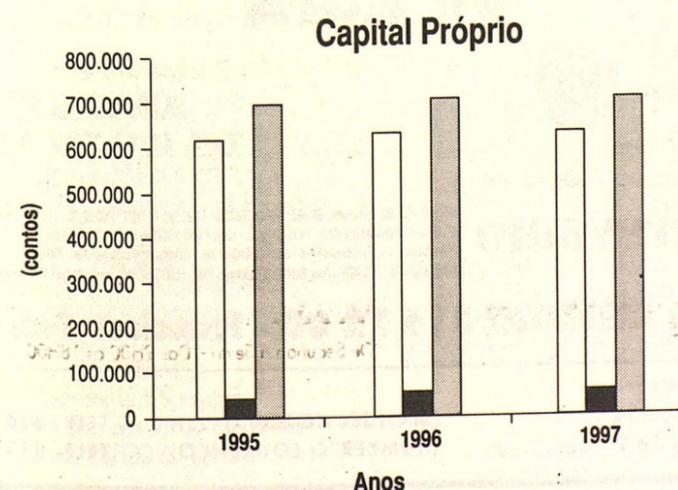
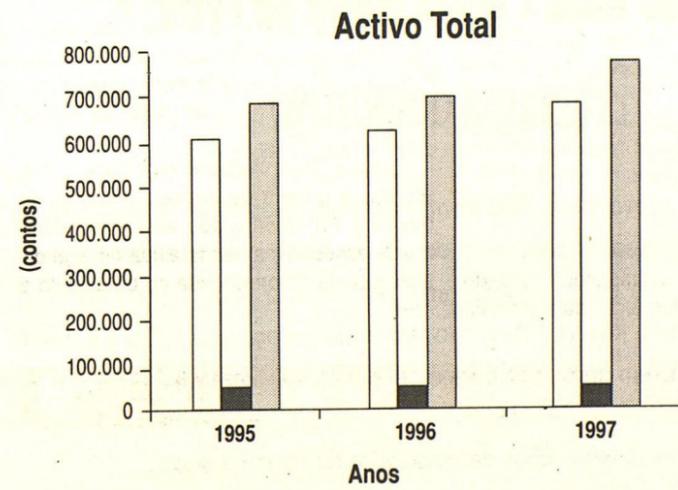
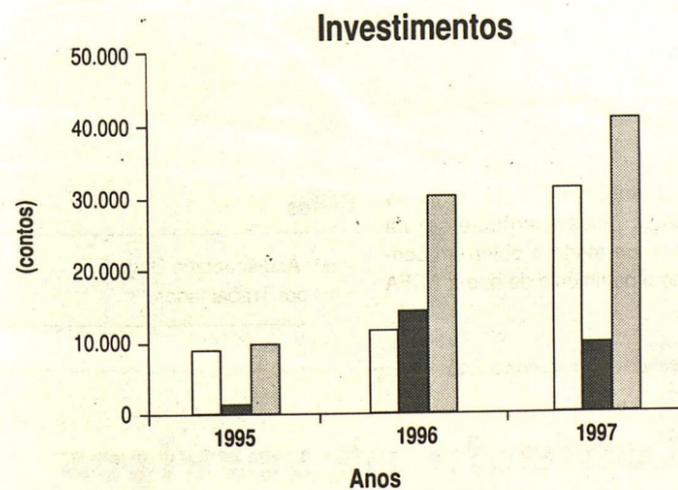
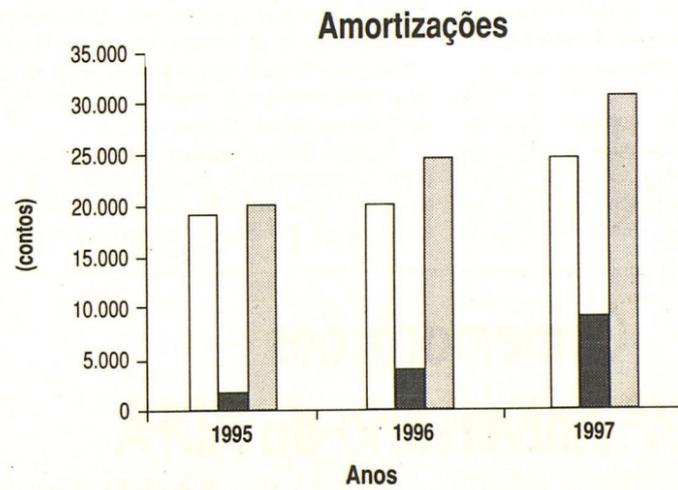
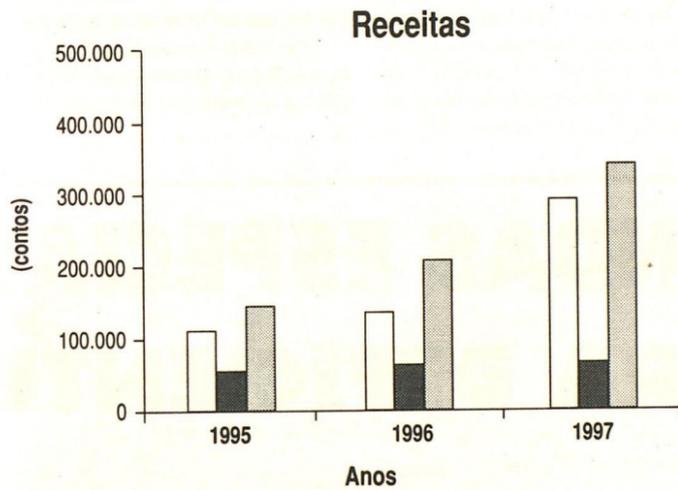
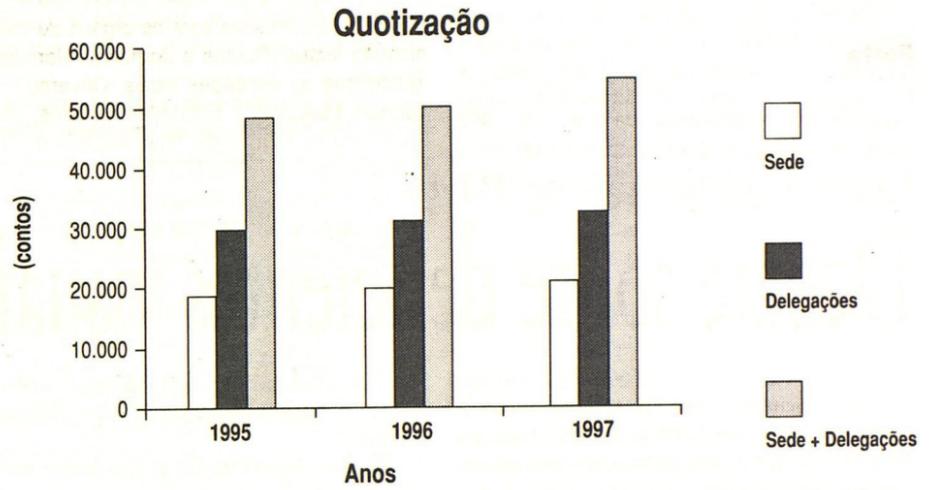
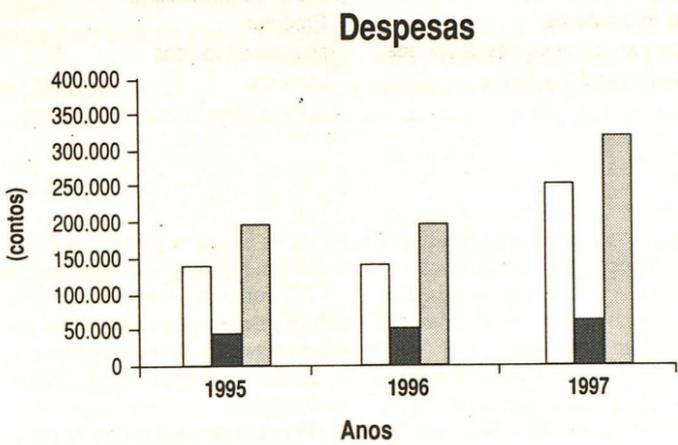
Relativamente aos custos, há a salientar o aumento de custos com o Pessoal, num total de 109.985 contos ou seja mais 24.864 contos (+29,21% do que no ano de 1996) e ainda o aumento das Amortizações, ou seja mais 7.539 contos do que no ano anterior.

De referir que o exercício de 1997 teve um resultado positivo de 6.241 contos.

O investimento total da ADFA foi de 46.242 contos.

Tipografia

Há a realçar fundamentalmente o aumento de facturação (mais 16.165 contos) e um resultado positivo no valor de 1.111 contos. Este resultado positivo é conseguido fundamentalmente por uma diminuição de custos de pessoal e diminuição de amortizações.



Dia Internacional da Mulher

Mulheres - Viúvas de deficientes militares

No dia 8 de Março celebrou-se o "Dia Internacional da Mulher". A Associação dos Deficientes das Forças Armadas pretende que a Sociedade Portuguesa reconheça a situação das mulheres que sendo viúvas de ex-combatentes da Guerra Colonial são discriminadas por não lhes ser reconhecido o direito a pensões que lhe garanta viver com o mínimo de dignidade.

A legislação base do militares (Bases Gerais do Estatuto da Condição Militar, Lei do Serviço Militar, Regulamento da Lei do Serviço Militar, EMFAR) impõe que a protecção dos deficientes militares tem, necessariamente, que ser estendida aos seus agregado familiares.

Os diplomas que regulamentam a atribuição das Pensões de Preço de Sangue têm um âmbito restrito, não correspondendo e encontrando-se muito aquém do estipulado naquela legislação base.

O decreto-lei 404/82 e as diversas alterações; que lhe foram introduzidas, não reconhece às viúvas dos Deficientes das Forças Armadas, com menos de 60 por cento de incapacidade e às viúvas dos restantes deficientes militares, cujo óbito tenha ocorrido em circunstâncias não directamente relacionadas com a sua deficiência, o direito à Pensão Preço de Sangue.

Em de cerca de 500 deficientes militares falecidos, apenas 72 viúvas tiveram acesso a uma pensão por morte do marido.

A ADFA tem dialogado a propósito desta questão com o Ministério da Defesa Nacional e em Julho de 1997 aquele Ministério enviou para a Secretaria de Estado do Orçamento, um projecto de Decreto-Lei que, em parte, soluciona esta grave situação.

Alguns exemplos de mulheres viúvas de Deficientes Militares que se encontram no longo

rol das que, após a morte do marido e de depois de lhes terem dedicado muitos anos da sua vida, ficaram social e economicamente desprotegidas.

Maria Dulce de Sousa Sobreira, viúva do ex-soldado Américo de Sousa Sobreira, que sofreu um acidente de combate em Moçambique no ano de 1997. Este ex-combatente viu a sua deficiência agravada ao longo dos anos até ao seu falecimento em Junho de 1995.

Durante mais de 20 anos, a esposa teve que tratar e assistir o seu marido, não tendo tido por isso oportunidade de exercer a sua profissão. Esta viúva e a filha ficaram, à morte do ex-deficiente militar, sem qualquer pensão que lhes garantisse os meios de sobrevivência.

Maria Clarice Guedes Cardoso, viúva do ex-soldado Agostinho António Morais Cardoso. Este deficiente militar contraiu uma doença em Angola

que lhe provocou uma incapacidade de 80%. Veio a falecer em Abril de 1977, deixando ficar a viúva e 3 filhos menores sem direito a qualquer pensão que lhes garantisse a subsistência.

Glória Rodrigues Fernandes, viúva do ex-soldado Amândio Gomes Veloso, acidentado na Guiné em 1968, com 32 por cento de incapacidade, veio a falecer em Maio de 1983, ficando a viúva e os seus 3 filhos menores sem qualquer meio de subsistência.

No "Dia Internacional da Mulher" é justo alertar o Governo português, a comunidade em geral e as mulheres em particular para esta situação, em que não bastou a dor e o sofrimento e em que muitas vezes estas mulheres têm que estender a mão à caridade para garantir a subsistência. *

A DIRECÇÃO NACIONAL

Cegos e amblíopes no Porto

Debate sobre deficientes visuais

NO PASSADO dia 7 de Março, na Delegação do Porto, ocorreu uma reunião de cegos e amblíopes, que teve como principal objectivo debater a situação dos deficientes visuais em Portugal. Na altura foram também apresentadas e divulgadas as conclusões do 10º Congresso Internacional de Cegos de Guerra, realizado em Paris, em Setembro do ano passado.

Inicialmente foram convidados a estar presentes neste encontro 20 associados, todos eles vítimas de deficiência visual, mas apenas cinco compareceram, como foram os casos de Abel Fortuna, presidente da Delegação, Guerreiro Sá, Adélio Simões, António Almeida e José Dias da

Silva. A acompanhar os trabalhos esteve a assistente social da Delegação do Porto, Margarida Marques.

No que respeita ao Congresso Internacional dos Cegos de Guerra, António Almeida e Abel Fortuna explicaram a forma como tudo decorreu, apresentando as principais conclusões. Quer as comunicações quer as propostas de resolução adoptadas constam de um relatório que irá ser discutido em futura reunião nacional.

O papel que o congresso desempenhou, como ponto de encontro e de convívio entre os cegos de guerra de vários países foi sublinhado, assim como a eleição de Ray Hazan, um britânico que se

apresentou com um novo espírito impulsionador e de defesa dos valores da reabilitação e reintegração social dos deficientes visuais. Um homem, pelo que deixou transparecer, capaz de renovar e dinamizar este movimento.

No final, os associados expuseram os seus problemas, cuja resolução passa muito pelo apoio da ADFA na resolução dos mesmos: os atrasos do Elo Sonoro, que possibilita o acompanhamento atempado da vida da associativa; a fragilidade das embalagens em que o jornal é enviado, cria alguns problemas no acto de devolução; a possibilidade de utilizar o equipamento informático fornecido pelos serviços Militares, no caso de Guerreiro Sá, e o

acesso às bengalas fornecidas por uma empresa alemã, um problema levantado por Adélio Simões.

A questão do direito a transportes gratuitos ou redução de preço por invalidez aos cegos, que sejam portadores de outras deficiências profundas, foi também debatida e será incluída no caderno reivindicativo.

Foi também abordada a forma como os cegos têm sido retratados no âmbito da literatura. Uma questão que vai merecer mais atenção no futuro.

Pela tarde e após o almoço do primeiro Sábado de cada mês, os presentes participaram na reunião geral de associados da Delegação do Porto. *

N. C. G.

Comemorações do 24º Aniversário da ADFA

16 de Maio - Santa Maria da Feira

Programa desportivo

10h00 - Atletismo, prova de 1.300 m nas artérias da cidade: início junto ao tribunal, passagem pela avenida 25 de Abril, pela avenida Professor Egas Moniz e pela rua António Castro Corte Real (Conde de Fijó), terminando no Rossio. Esta prova tem a colaboração da FPDD e é aberta à população em geral, sob o lema Solidários na Diferença.

11h00 - Futebol de cinco, entre filhos de associados do Porto e Lisboa.

14h00 - Futebol de cinco, jogos entre duas equipas de cegos da ACAPO.

15h00 - Basquetebol, jogo entre equipas de cadeiras de rodas da Associação dos Deficientes Motores de Barcelos e a Associação Portuguesa de Deficientes do Porto.

16h00 - Futebol de cinco, veteranos vs filhos entre Porto e Bragança.

17h00 - Futebol de cinco, jogo entre participantes do 2º Acampamento Nacional da ADFA.

VENDAS ESPECIAIS PARA DEFICIENTES



Contacte os serviços da ADFA



Alberto Pinto
Telf. (01) 757 04 22



STAND: Rua da Venezuela, 65 A/B - 1500 LISBOA - Tels.: 760 89 60/7 - 760 82 53 - 760 52 78 - Fax: 760 52 78
STAND: Rua de Amóis, 89A - 1100 LISBOA - Tels.: 316 72 00/316 72 13 - Fax: 352 00 95
STAND: Rua Virgílio Correia 17-B - 1600 LISBOA - Tel.: 726 98 89/726 99 13 - Fax: 726 56 39 (à Estrada da Luz)
ASSISTÊNCIA TÉCNICA: Rua Heróis de Quiroga, 14A - 1100 LISBOA - Tels.: 812 32 75 - 814 47 17

Contacto: TREVAUTO 316 72 00 - Francisco Galhano

DESCONTOS:

PEÇAS: 25%

OFICINA: . . . 15%

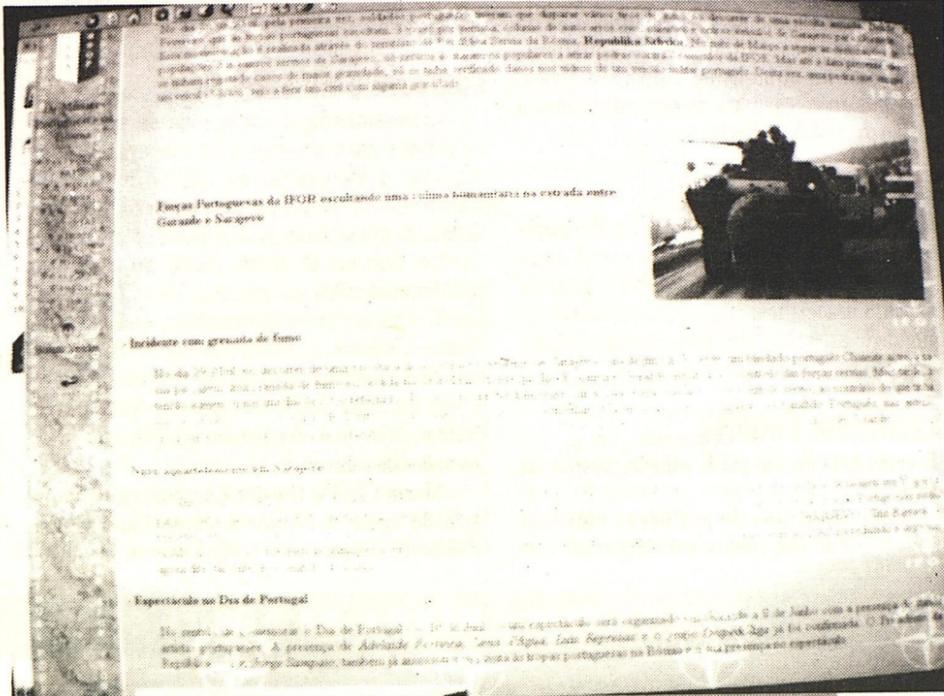
(MANUEL CORREIA) TELF. 316 72 00

(HUMBERTO LOURENÇO) . . . TELF. 812 32 75

Presença portuguesa na Bósnia

Rafael Vicente

A Caleida cedeu o espaço e Agostinho Silva Ferreira montou a informação. Retratos do presente, numa "viagem" pelo dia-a-dia dos soldados portugueses num dos maiores conflitos localizados do planeta. "Página Não Oficial das Tropas Portuguesas na Bósnia" é a passagem por uma realidade fria e dura, onde podemos descobrir o esforço feito por milhares de militares para manter a paz perto de Sarajevo.



Uma página actual sobre a presença portuguesa na Bósnia

A "Página Não Oficial das Tropas Portuguesas na Bósnia" é uma visão sobre a participação de Portugal nas missões preventivas para restabelecimento e manutenção da paz na Ex-Jugoslávia, desde 1991, enquanto País membro da ONU, UEO e UE.

A ajuda prestada pelos portugueses até 1996 teve como base a atribuição de meios para instaurar condições de segurança para resolução da crise na Ex-Jugoslávia. A aderência à Missão de Protecção das Nações Unidas (UNPROFOR) marcou uma evolução dos apoios prestados às resoluções da comunidade internacional, no sentido de apoiar as sanções económicas e de embargar armas à Federação Jugoslava. Meia centena de agentes da PSP integram as Forças Internacionais de Polícia das Nações Unidas para a Bósnia e Herzegovina.

Em 1996, os 900 soldados do 2º Batalhão de Infantaria Aero-Transportada (BIAT) e do Destacamento de Apoio e Serviço (DAS) participam na missão da NATO-IFOR, com localização em Rogatica, Vosgosa e Gorazde, sob o comando de uma brigada italiana. Principal objectivo da missão: garantir a livre circulação de colunas civis de abastecimentos e humanitárias na estrada que liga Sarajevo a Gorazde.

Na página principal contamos com a possibilidade de escolha de uma de duas línguas - Português ou Inglês - para fazer a "viagem" pelo desempenho dos soldados portugueses nos

territórios da Ex-Jugoslávia. Movimentando a página para baixo, localizamos o endereço do correio electrónico do autor, Agostinho M. Silva Ferreira.

Para começar a explorar, carrega-se no botão com a bandeira portuguesa, opção que permite o acesso à informação em Português. A apresentação define o conteúdo das missões portuguesas no território, bem como mostra, em destaque, a "Página Não Oficial das Tropas Para-quadistas Portuguesas - Boinas Verdes". Ainda nesta página, podemos ter acesso aos contactos dos militares, com "Mensagens dos Militares Portugueses aos seus camaradas". Esta página remete também para o endereço da NATO - IFOR e para o endereço da Shape, tendo como última possibilidade uma passagem pela cidade Bósnia de Sarajevo, através de fotos. No fundo da página, o menu que vai orientar a progressão pelo endereço, com o botão "página principal", que permite voltar ao início da pesquisa e com o botão "página seguinte", para continuar a pesquisar no documento.

Na página seguinte, podemos guiar a pesquisa por um menu de atalhos, no lado esquerdo do ecrã, criado para podermos passar aos pontos mais avançados da consulta. Neste menu estão presentes os temas de cada página. A opção em que o utilizador se encontra fica assinalada a azul. As opções de títulos para consulta são: Os Militares Portugueses na Bósnia, Portugal na

NATO, A Missão, Mapas Dia a Dia, 3º BIAT, BIMOTO, 1º BIAT, Minas, Sarajevo, Fotos, Links, Boinas verdes (com o símbolo) e página principal.

"O início da missão na Bósnia" é o título com que começa a informação propriamente dita sobre a descrição dos acontecimentos no território. Uma secção de "Notícias da Missão" facilita a apreensão das datas dos incidentes e eventos ocorridos durante a permanência no local. A notícia das mortes dos cabos Mouta e Tavares do DAS tem lugar no dia 24 de Janeiro e é a abertura desta secção, ao que se segue, por exemplo, a visita do Ministro da defesa e do Chefe de Estado Maior ao BIAT. Notícias curtas, com o essencial da informação. A acompanhar estes registos informativos, algumas fotos do Quartel General em Rogatica. Nesta última página, ao fundo, criou-se um novo botão além do "página principal" e do "página seguinte" - o "página anterior", para permitir o retorno à informação já percorrida no endereço.

A secção "Dia a Dia dos Soldados Portugueses na Bósnia" evidencia outras notícias, entre as quais a referência à apresentação de uma carta à comitiva do Ministro, onde se descrevia as más condições dos homens no aquartelamento.

A secção seguinte mostra-nos informações sobre o 3º BIAT, batalhão de 200 soldados que se destina a render o 2º BIAT e sobre a forma como decorreu a missão. O nome da secção é

"O Novo Batalhão na Bósnia". Nesta página, também no fim, surgem os botões de navegação que agora são aumentados pela existência de um 4º botão 1ª página. O intuito é possibilitar uma orientação mais livre pelas páginas.

A "Nova Missão na Bósnia" é a secção que se segue, referenciada no menu lateral como BIMOTO (de Batalhão de Infantaria Motorizada). Neste campo, uma referência para o contingente destacado para o local e o envolvimento em exercícios militares como o "Linked Seas 97", que envolveu 11 países, cerca de 1500 militares, 81 navios e 75 aviões.

Outra secção que se acende a azul no menu lateral é "O Último Contingente Português" que relata resumidamente o regresso das Tropas Aero-transportadas e a partida de outro contingente para o terreno.

A finalizar a viagem pela acção dos soldados portugueses na Bósnia, uma página sobre "Minas Anti-Pessoal", outra sobre Sarajevo, as "Fotos e os Links" - contactos dos soldados.

Todo o endereço permite verificar a necessidade de comunicação daqueles que participaram nas missões militares na Bósnia.

De acesso fácil e informação abrangente, a "Página Não Oficial das Tropas Portuguesas na Bósnia" é um bom exemplo de que a informação não se veicula apenas pelas vias oficiais.

Os botões de fácil acesso permitem uma utilização quase intuitiva, na orientação pelo endereço. O menu de atalhos explana os conteúdos desta "Página Não Oficial das Tropas Portuguesas na Bósnia", atribuindo maior mobilidade ao utilizador.

Ao explorar a opção "Mapas" no menu lateral de atalhos, temos acesso a um dos mais interessantes resumos das actividades. Mapas que localizam no terreno as forças da IFOR, pormenores que caracterizam o contingente português com informações sobre as unidades intervenientes e localização dos aquartelamentos. Algumas referências ao armamento utilizado e ao tipo de transporte tornam a página mais rica em informação que vulgarmente não se conhece. Nesta página estão ainda as ligações com as "home pages" da Força Aérea Portuguesa e do Estado-Maior General das Forças Armadas.

De realçar o tema "Minas Anti-Pessoal" que esteve na origem desta pesquisa. É a grande causa dos inúmeros casos de deficiência nas Forças Armadas. A referência a este tema pode ser encontrada através do motor de procura "Altavista", digitando a expressão "Minas anti-pessoal" e premindo o botão "search". Depois é só escolher da lista a opção que aparece com a número 3, "Minas".

"Página Não Oficial das Tropas Portuguesas na Bósnia" parece ser um endereço que promete não ficar por aqui. A possibilidade de envio de sugestões e comentários encontra-se logo na primeira página. *

SERVIÇOS MÉDICOS E PSICOSSOCIAIS

CLÍNICA GERAL
médico: Dr. Fernando Brito,
2ª feira - 13H00 5ª - 13H15

PSIQUIATRIA
médico: Dr. Monteiro Ferreira
Início 3 Março - 17H00

UROLOGIA
médico: Dr. Paulo Vale
2ª feira - 17H00

GASTROENTEROLOGIA
médico: Dr. Raúl Vieira dos Santos

FISIATRIA
médico: Dr. Barros Silva
3ª feira - 14H00

FISIOTERAPIA
técnico: Luís Sampaio
Todos os dias das 9H00 às 14H00
e das 14H30 às 15H30

ANÁLISES CLÍNICAS
6ª feira - 9H00 às 10H00

ACUPUNCTURA
especialista: cndt Araújo de Brito
2ª, 3ª e 5ª feira das 10H30 às 13H00

ESTOMATOLOGIA
Dr. Luís Pedro Pinto Matias
2ª feira das 9H00 às 13H00; 3ª feira das 10H00
às 14H00; 5ª feira das 9H00 às 13H00
Marcações: Elizabete Couto

SERVIÇO PROTÉSICO
médico: Dr. Carlos Emídio Augusto Lopes
4ª feira - 9H00

PSICOLOGIA CLÍNICA E STRESS DE GUERRA
Drª Teresa Infante
Todos os dias
Marcações: com a própria

APOIO AOS SÓCIOS

GABINETE JURÍDICO
Dr. António Carreiro
3ª e 5ª feira das 14H00 às 18H00
Marcações:
Carla Fernandes

SERVIÇO DE ACÇÃO SOCIAL
Drª. Judite Cordeiro
2ª, 4ª e 6ª até às 17H00
Marcações:
Secretaria

SECRETARIA/ATENDIMENTO
(Ver Horário e Telefones)

HORÁRIO

Expediente 09h00 às 18h00
Intervalo de Almoço 12h30 às 14h00
Serviço de Almoço Segunda a Sexta,
das 12h30 às 14h30
Serviço de Bar Segunda a Sexta,
das 9h00 às 19h00
Sábado das 11h00 às 17h00

TELEFONES

Solicita-se a todos os associados que façam as marcações das consultas, com antecedência, pelos telefones:
7570502 / 7570583
7570422 / 7570645
7570702 / 7570781

Viseu continua sobre rodas

Durante o mês de Fevereiro, a campanha de angariação de fundos para a compra de uma carrinha de nove lugares contou com os seguintes donativos: Jorge Oliveira Chaves, 30 mil escudos; Hermínio Gaspar Monteiro, António R. Cardoso, dez mil e cem escudos; Álvaro S. Figueiredo, cinco mil e duzentos escudos; Moisés Costa Vale, Zacarias V. Alexandre, Jofre M. Machado, Carlos F. de Sousa, cinco mil escudos; Manuel S. Figueiredo, 4.100 escudos; Joaquim Rodrigues, 3.100 escudos; Helder O. Silvério, 2.000 escudos; Luís Lemos Rodrigues, Celso Campos Barbosa, 1.000 escudos.

Fim-de-semana em Zamora

A Delegação da ADFA do Porto tem previsto para os próximos dias 1 e 2 de Maio um passeio turístico ao Nordeste Transmontano e à bonita cidade espanhola de Zamora.

Com partida do Porto e passagens por Vila Real, Mirandela, Macedo de Cavaleiros, Mogadouro, com pausa para o almoço, seguindo viagem rumo a Miranda do Douro e Zamora, este primeiro dia contempla ainda um jantar no Hotel no hotel D. Sancho. O regresso será no dia 2, com

a viagem a ser efectuada pelo seguinte itinerário: Zamora, Bragança (almoço), Vila Real e chegada ao Porto.

O preço por pessoa em quarto duplo é de 17.500\$00, sendo o suplemento em quarto individual de 2 mil escudos. Este valor inclui viagem em autopullman, alojamento em quartos duplos, com banho e alimentação.

O número mínimo de participantes é de 45 pessoas e estão excluídas os 17.500\$00 as entradas e moneditas, museus e espectáculos. Os interessados devem contactar a Delegação da ADFA do Porto.

Unanimidade em Faro

No dia 20 de Fevereiro passado, a delegação de Faro reuniu-se em Assembleia Geral, num encontro bastante participado pelos órgãos da delegação e associados. Ficaram aprovadas por unanimidade as contas referentes ao ano de 1997 e as actividades da direcção da delegação.

Convívio em Peniche

A reunião do Núcleo ADFA de Peniche do dia 28 de Fevereiro último contou com cerca de 30 de associados e com a presença de Horta Carneiro, do CFN. Foi feito um ponto de situação sobre os

problemas dos deficientes, fazendo referência, entre outros assuntos, ao DL 134/97 e às condições dos familiares dos Deficientes das Forças Armadas. Tomou-se conhecimento que a Autarquia local está disposta a colaborar com os projectos do Núcleo. O encontro terminou com um jantar e com a marcação de um almoço convívio para as 12h30 do dia 29 de Março, no restaurante Gaivota.

Campanha de sucesso

Na continuação da campanha de angariação de fundos para a compra da viatura de nove lugares, a Delegação de Coimbra recebeu donativos no valor de dez mil escudos dos seguintes sócios: Manuel A. Fajardo, Mário G. M. Coelho, Manuel D. Silva, Anónimo, Joaquim Padilha; com cinco mil escudos: Mário D. Santos, José C. Orfam, Simão Constantino, António L. S. Pessoa, Carlos A. A. Silva, Arnaldo O. de Castro, José da C. Serrano, Manuel M. Correia, Orlando B. Jesus, José A. B. Gonçalves, António G. Quedas, Júlio de J. Franco; com 2.500: José L. O. Gomes, Manuel da P. Cabecinhas, Manuel T. Seabra; com 2.000: Joaquim L. Santos, António M. Azedo, José A. M. Liceia, Manuel L. Mendes, Ernesto N. Susana; com 1.500: Isaias J. Pequeno;

com 1.000: Mário F. da Costa, Aníbal G. Martinho, António B. Garcia, Ernesto C. Ferreira, Arsénio dos S. Caetano.

RTP na Delegação do Porto

Esteve presente na Delegação do Porto uma equipa da RTP (Porto) que entrevistou a Direcção da Delegação, tendo ficado sensibilizada para o problema das viúvas dos militares deficientes falecidos, apresentou um programa na RTP1 - jornal da tarde, que se classifica de óptimo, na medida em que conseguiu passar exactamente a mensagem necessária para a opinião pública dos anseios das nossas viúvas.

Esta equipa deslocou-se também a Arcos de Valdevez onde entrevistou um associado, Manuel Portas e Glória Fernandes, viúva de Amândio Veloso. No local, verificou as difíceis condições de vida daquela nossa associada e inclusive num gesto de solidariedade ofereceu alguns meios de ajuda para minorar a sua situação de pobreza.

Esperamos que o apontamento apresentado pela RTP possa contribuir como chamada de atenção ao nosso Governo, no sentido de prestar maior atenção aos mais necessitados da malfadada Guerra Colonial. •

N. C. G.

VENDA DE AUTOMÓVEIS VOLKSWAGEN E AUDI

MODELO	P.BASE	P.V.P.
Polo		
Fox 1.0	1.436.485.00	1.943.688.00
GL 1.0	1.693.123.00	2.243.955.00
Fox 1.7 SDI	1.764.966.00	3.342.716.00
3 Volumes 1.4	1.934.648.00	2.963.392.00
3 Volumes 1.9 SDI	2.173.611.00	4.139.887.00
Variant 1.9 TDI	2.345.985.00	4.341.567.00
Golf		
Confort 1.4 3p	2.108.809.00	3.167.161.00
Confort 1.4 5p	2.169.894.00	3.238.630.00
Highline 1.9 TDI 3p	3.106.657.00	5.231.553.00
Highline 1.9 TDI 5p	3.193.059.00	5.332.644.00
CL 1.9 D 5p	2.084.639.00	4.035.792.00
Joker 1.9 TDI 3p	2.782.204.00	4.851.943.00
Joker 1.9 TDI 5p	2.825.427.00	4.902.514.00
Joker 1.9 TDI 3p Aut.	3.011.238.00	5.119.913.00
Joker 1.9 TDI 5p Aut.	3.054.461.00	5.170.484.00
GT Special 1.9 TDI 3p	3.382.743.00	5.554.574.00
Van CL 1.9 D	1.992.196.00	2.650.223.00
Van GL 1.9 TD	2.337.044.00	3.053.695.00
Joker Van 1.9 TDI	2.570.292.00	3.326.595.00
CL Variant 1.9 D	2.304.484.00	4.293.011.00
Special Variant 1.9 TDI	3.169.643.00	5.305.247.00
Vento		
CL 1.4	2.116.891.00	3.176.617.00
CL 1.9 D	2.186.308.00	4.154.745.00
Passat		
Confortline 1.6 Aut.	3.464.458.00	5.116.643.00
Confortline 1.9 TDI	3.330.496.00	5.493.445.00
Confortline 1.9 TOP	3.764.408.00	6.001.122.00
Confortline 1.9 Aut.	3.564.070.00	5.766.726.00
Confortline 1.9 Aut. T	3.997.979.00	6.274.400.00
Confortline 1.9 TDI Variant	3.559.815.00	5.761.748.00
Confortline 1.9 TDI T. Varia.	3.993.725.00	6.269.423.00
Confortline 1.9 TDI V. Aut.	3.793.254.00	6.034.872.00
Confortline 1.9 TDI T. V. A.	4.227.165.00	6.542.548.00
Audi A3		
Attraction 1.6	2.903.225.00	4.480.000.00
Attraction EC 1.6	3.074.165.00	4.660.000.00
Sport 1.9 TDI	3.789.090.00	6.030.000.00
Sport 1.9 TDI EC	3.960.030.00	6.230.000.00
Audi A4		
Attraction 1.9 TDI 90cv	3.938.663.00	6.205.000.00
Attraction 1.9 TDI EC	4.220.714.00	6.535.000.00
Attraction 1.9 TDI 110cv	4.331.825.00	6.865.000.00
Attraction EC 1.9 110cv	4.619.876.00	6.995.000.00
Avant RDI 1.9 90 cv	4.169.432.00	6.475.000.00

VENDA DE AUTOMÓVEIS SEAT

Avant TDI 1.9 110 cv	4.562.594.00	6.935.000.00
Audi A6		
TDI 1.9 110 cv	5.688.236.00	8.135.000.00
SEAT		
MODELO	P.BASE	P.V.P.
Seat Ibiza Comercial		
1.9 D Latino	1.855.615.00	2.484.031.00
1.9 TD Crono JLL	2.077.861.00	2.744.058.00
1.9 TD Crono JLL+ AC	2.266.750.00	2.965.058.00
1.9 TD Crono JLL+TA	2.325.733.00	3.034.069.00
Seat Ibiza 3 Portas		
1.0 SXE DA	1.734.472.00	2.286.628.00
1.4 Crono DA+JLL	1.728.035.00	2.707.454.00
1.9 D SE	1.942.794.00	3.837.871.00
1.9 TD SXE	2.302.175.00	4.258.347.00
Seat Ibiza 5 Portas		
1.4 Crono DA+JLL	1.728.035.00	2.707.454.00
1.9 D SE	2.019.717.00	3.927.871.00
1.9 TD SXE	2.472.458.00	4.457.678.00
Inca 2 Lugares		
1.9 D Van	1.732.447.00	2.339.924.00
1.9 D Van VE+FC	1.809.369.00	2.429.923.00
Cordoba		
1.4 Silhouette DA	1.828.502.00	2.825.000.00
1.9 TDI GT	2.775.523.00	4.812.164.00
1.6 SX Coupé	2.261.102.00	3.687.319.00
Alhambra		
1.9 TDI 110 cv	4.401.474.00	5.385.000.00
1.9 TDI 110 cv, FN, JLL	4.978.397.00	6.060.000.00
Arosa		
1000 S	1.391.202.00	1.885.000.00
1400	1.631.921.00	2.595.000.00
1400 C/automático	1.884.057.00	2.890.000.00
Toledo		
1.6 GT	2.519.803.00	3.990.000.00
1.9 TDI GT-110cv		
AB2+ABS+TAE	3.353.648.00	5.488.571.00
MAZDA		
MODELO	P.BASE	P.V.P.
3HB ZF05 EBB (BASE)	1.357.799\$00	2.045.000\$00
5HB ZF10 EBA (BASE)	1.418.493\$00	2.116.000\$00
3HB ZF05 EBC (PACK 1)	1.496.261\$00	2.207.000\$00
5HB ZF10 EAK (PACK 1)	1.556.945\$00	2.278.000\$00
3HB ZF05 EAM (PACK 2)	1.864.637\$00	2.638.000\$00
5HB ZF10 EAY (PACK 2)	1.804.808\$00	2.568.000\$00
3 HB BG3B EAN	1.845.670\$00	2.754.000\$00
3 HB BG3B EAP	2.022.593\$00	2.961.000\$00
323 P. DIESEL 3 HB	2.150.201\$00	4.305.000\$00

VENDA DE AUTOMÓVEIS FIAT

323 SDN 1.3	2.185.743\$00	3.140.000\$00
323 SDN 1.3	2.279.858\$00	3.262.000\$00
323 COUPE 1.5	2.263.217\$00	3.535.000\$00
323 F 5HB 1.5 BG3K EAN	2.380.311\$00	3.672.000\$00
323 F 5HB 1.5 BG3K EAR	2.457.234\$00	3.762.000\$00
323 F 5HB(2.0) V6 BG3J EAT	3.410.302\$00	5.774.000\$00
MX-3 (1.6)	2.815.176\$00	4.374.000\$00
MX-3 (1.8)	3.076.013\$00	5.117.000\$00
MX-5 (1.6)	3.202.355\$00	4.827.000\$00
MX-5 (1.6)	3.279.278\$00	4.917.000\$00
MX-5 (1.6)	3.347.654\$00	4.997.000\$00
XEDOS 6 (1.6)	3.791.244\$00	5.516.000\$00
323 P. DIESEL VAN	1.991.270\$00	2.697.000\$00
B 2500 P/UP 4x2 STD	2.231.735\$00	2.624.000\$00
B 2500 P/UP 4x4	3.142.846\$00	3.960.000\$00
FIAT		
MODELO	P.BASE	P.V.P.
Cinquecento		
Cinquecento S	1.101.665.00	1.519.786.00
Sport	1.246.900.00	1.845.966.00
Panda 899	1.035.853.00	1.442.786.00
Punto		
55 S 3P	1.292.028.00	1.898.765.00
55 S 5P	1.347.583.00	1.963.765.00
TD 70 ELX 3p	1.507.309.00	3.051.951.00
TD 70 ELX 5p	1.562.865.00	3.116.952.00
Bravo		
1.4 S	1.864.356.00	2.888.003.00
1.6 SX Caixa Aut.	2.422.192.00	3.913.806.00
TD 100 GT	2.308.439.00	4.365.054.00
Brava		
1.4S	1.930.168.00	2.965.300.00
TD 100 SX	2.202.433.00	4.241.027.00
Marea		
1.4 SX	2.215.467.00	3.299.100.00
TD 125 HLX	2.901.630.00	5.904.594.00
Weekend 1.4 SX	2.347.946.00	3.454.100.00
Weekend TD100 ELX	2.752.883.00	4.855.053.00
Ulysse 1.9 TDs	4.740.650.00	7.201.878.00
LANCIA		
MODELO	P.BASE	P.V.P.
Y 1.2 ECVT L5 3p Aut.	1.770.708.00	2.559.003.00
Y.1.1 Elefantino3p	1.343.310.00	1.958.765.00
Y. 1.4 ELX 3p	1.696.663.00	2.692.099.00
Delta HPE 1.6	2.138.026.00	3.582.505.00
Delta 1.9 TDS IX	2.542.617.00	4.672.721.00
Dedra TDS SWLE	3.002.446.00	5.210.721.00

VENDA DE AUTOMÓVEIS RENAULT

MODELO	P.BASE	P.V.P.
Twingo		
Twingo	1.274.213.00	1.890.000.00
Twingo Pack	1.368.230.00	2.000.000.00
Clio		
Chipie 1.2 3p	1.322.931.00	1.947.000.00
Oásis 1.2 3p	1.624.640.00	2.300.000.00
Chipie 1.2 5p	1.389.598.00	2.025.000.00
Oásis 1.2 5p	1.688.743.00	2.375.000.00
RC 1.9D	1.650.289.00	2.265.000.00
Megane		
RN 1.4 5p	1.872.301.00	2.920.000.00
RT 1.4 5p	2.043.241.00	3.120.000.00
RT 1.6	2.095.643.00	3.550.000.00
RXE 1.9 DTI	2.633.280.00	4.660.000.00
Classic RN 1.4	1.915.036.00	2.970.000.00
Classic RT 1.9 DTI	2.375.870.00	4.360.000.00
Classic Scenic RN 1.4	2.338.113.00	3.465.000.00
Classic Scenic 1.9 DT	2.628.007.00	4.655.000.00
Kangoo		
1.2	1.762.065.00	2.470.000.00
1.9 D55	1.735.968.00	3.615.000.00
Express RL 1.9	1.621.046.00	2.240.000.00
Expresso		
VCL 1.9D	1.586.858.00	2.200.000.00
OPEL		
MODELO	P.BASE	P.V.P.
Corsa		
Eco 1.0 3p	1.370.017.00	1.910.832.00
Eco 1.0 5p	1.429.846.00	1.980.832.00
Swing 1.0 5p	1.609.333.00	2.190.832.00
Sport 1.4 3P	1.766.884.00	2.829.686.00
CDX 5p	2.091.671.00	3.209.687.00
Eco 1.5 TD 5p	1.748.074.00	2.983.161.00
Swing 1.5 TD 5p	2.021.579.00	3.303.162.00
Astra		
X 1.4 3p	1.822.440.00	2.894.686.00
X 1.4 4p	1.873.722.00	2.954.686.00
Fresh 1.7 TD 4p	2.526.694.00	4.245.111.00
Sport 1.7 TD 5p	2.881.395.00	4.660.111.00
Wagon X 1.4	1.993.380.00	3.094.686.00
Fresh Car 1.7 TD	2.646.352.00	4.385.111.00
Sport Car 1.7 TD	3.001.053.00	4.800.111.00
Vectra		
GL 1.6 16V 4p	2.866.776.00	4.487.023.00
GL 1.6 Caravan	3.012.075.00	4.657.022.00
GL 2.0 DTI 4p	2.986.632.00	5.330.956.00
GL Caravan 2.0 TDI	3.131.932.00	5.500.957.00

A ADFACAR dispõe de informações na venda de viaturas (fornecidas com isenção ou não) acima mencionadas, sendo extensivo a outras marcas não referidas como: Mercedes; Nissan; Mitsubishi; BMW; Peugeot; e Ford. Estas informações/vendas são tratadas através de ALBERTO PINTO, nas horas de expediente, das 9h00 às 13h00 pelos telefones 7570502, 7570422, 7570583 e das 20h00 às 22h00 pelo telefone 8595016, todos eles através da rede de Lisboa (01), e pelo 0931 26 61 53.

Agenda ADFA Porto

4 de Abril

10h00, reunião com os associados do Porto do Projecto 2+4 (ADFA Porto); às 13h00, almoço; às 15h00, reunião geral de associados, na delegação do Porto.

9 de Abril

Convívio associativo em Vila do Conde e Póvoa de Varzim; às 20h00, jantar no restaurante O Galetto (Estrada nº13, em Ver-o-Mar).

As inscrições devem ser feitas até ao dia 6 de Abril, para: João F. Ramos (052) 641282; José M. Azevedo (052) 612650; Alberto C. Ferreira (052) 601312 e ADFA/Porto-(02)820403/820741.

24 de Abril

21h00, colóquio no Auditório da delegação, subordinado ao tema 25 de Abril e a Guerra Colonial.

25 de Abril

10h00, hastear de bandeiras (Delegação do Porto); às 10h30, programa desportivo e convívio a decorrer durante todo o dia.

29 de Abril

15h00, reunião com os associados em Ponte da Barca

30 de Abril

2º Encontro de Associados da Delegação do Porto

Almoço de Aniversário

Integrado nas comemorações do 24º Aniversário, realiza-se o almoço de confraternização no recinto do Euro-parque (Parque de Exposições), em Stª Maria da Feira, no próximo dia 17 de Maio (Domingo), pelas 13h00.

Agradecemos que os associados façam a sua inscrição o mais rápido possível, para a Delegação do Porto através dos telef.: (02) 820403/820744 ou fax: (02) 825242.

Plano de Transportes

Autocarro nº 1

Saída de Arouca - 9h00, junto dos Bombeiros, passando por: Vale de Cambra, Oliveira de Azeméis, S. João da Madeira, Stª Maria da Feira (Convento dos Loios).

Autocarro nº 2

Saída de Chaves - 8h00, junto dos Bombeiros V. Flavienses, passando por: Vila Pouca de Aguiar, Vila Real, Amarante, Paredes, com passagem junto à Câmara Municipal Stª Maria da Feira (Convento dos Loios).

Autocarro nº 3

Saída da Lixa - 8h00, junto à Igreja, passando por: Penafiel, Lousada, Friamunde, Lordelo, Valongo, Gondomar, Freixo (Auto-Estrada), a Stª Maria da Feira (Convento dos Loios).

Autocarro nº 4

Saída do Porto - 9h30, junto à ADFA, passando por: Vila Nova de Gaia (Av. da Republica) Carvalhos, Lourosa, Stª Maria da Feira (Convento dos Loios).

Autocarro nº 5

Saída de Ponte da Barca - 8h00, junto aos Bombeiros Voluntários, passando por: Ponte de Lima, Viana do Castelo (Pav. Gimnodesportivo), Esposende (Fão) Póvoa de Varzim, Vila do Conde, Stª Maria da Feira (Convento dos Loios).

Encontro em Lamego

A Delegação ADFA de Viseu realiza no dia 3 de Maio, em Lamego, um encontro associativo integrado no 24º ADFA.

Lamego está integrado na Região de Turismo do Douro Sul, uma zona muito bonita, no coração da região onde se produz o vinho fino do Douro, vinho do Porto. Venha conhecer e apreciar este belo néctar, conhecer esta bela Região e desfrutar das suas deslumbrantes paisagens e belezas naturais.

A concentração está marcada para as 9h30, no Largo do Museu, junto à Sé Catedral. Às 10h00 haverá uma visita ao Museu da Cidade. Pelas 11h30 terá lugar a uma missa na Igreja de Almacave, seguindo-se a colocação de um ramo de flores junto à Igreja, monumento no Quartel em Santa Cruz, em homenagem aos Deficientes das Forças Armadas

falecidos e às 13h00 terá lugar um almoço convívio no Restaurante O Paraíso de João Peixão, em Lamego.

As inscrições devem ser feitas até às 18 horas do dia 26 de Abril, para a Delegação de Viseu, através do telefone ou fax: 032/416 034.

Colóquio no Porto

A Delegação do Porto da ADFA tem previsto para o próximo dia 25 de Abril um vasto programa de acções.

No dia 24, às 21h00, terá lugar no Auditório da ADFA Porto um colóquio subordinado ao tema 25 de Abril e a Guerra Colonial que contará com a participação de David Martelo da Associação 25 de Abril, José Manuel Lages, professor de História do Externato Infante D. Henrique de Ruilhe de Braga que se tem dedicado ao estudo da Guerra Colonial, como componente fundamental da nossa História Contemporânea e de Jaime Ferreri, autor de várias obras, entre as quais o livro Fizeram de mim soldado.

Às 00h00 em ponto dar-se-á início ao convívio comemorativo do 25 de Abril. No dia 25, pelas 10h00, decorrerá a cerimónia de hasteamento das bandeiras, acompanhada, pela Fanfara dos Bombeiros Voluntários. Meia-hora mais tarde terá início um programa desportivo que se prolongará por todo o dia.

N.C.G.

Curiosidades

Você sabia que...

... O CALENDARIO solar, que agora se iniciou no hemisfério Norte, com o equinócio da Primavera, e que corresponde ao ano agrícola tradicional, é o responsável, pelo facto de equivalerem aos seus meses sete, oito, nove e dez, pelo nome dado aos meses de SETembro, OUTubro, NOVembro e DEZembro?; e que o seu começo coincide, tal como a Primavera, com o do ano astrológico ocidental, ou zodíaco, o qual se inicia, com o signo de Carneiro, e termina no final do Inverno seguinte, com o signo de Peixes?

... O ESCRITOR e poeta António Feliciano de CASTILHO, cego a partir da juventude, frequentou e terminou, na Universidade de Coimbra e com as naturais dificuldades para o início do séc. XIX, um curso da área de Letras?; e que, considerado um precursor do Romantismo por algumas correntes, foi um crítico daquele movimento literário e assumido seguidor de Bocage, tendo dedicado a sua actividade, nos derradeiros anos da sua vida, ao estudo e divulgação de notáveis obras da antiguidade clássica, das quais se demonstrou exímio tradutor?

... ADERIRAM ao Cartão GALP-Frota, que a ADFA negociou, 2321 associados, o que já permitiu a emissão de 2793 cartões de utilização, àqueles e seus familiares, os quais, por isso, beneficiam de significativos descontos na aquisição de combustíveis e lubrificantes da aludida distribuidora, em todos os postos onde se encontra implantado este sistema?

... PEDRO JULIÃO, no seu tempo conhecido como Pedro Hispano, foi um eclesiástico português que, nascido em Lisboa no primeiro quartel do séc. XIII, se notabilizou como teólogo, médico, naturalista e comentador da lógica aristotélica?; e que, depois de ascender ao cardinalato, foi eleito papa em 1276, com o nome de João XXI tendo falecido no ano seguinte, na cidade italiana de Viterbo, em consequência da derrocada do palácio que ali mandara construir?

Patuleia Mendes



OLHOS ARTIFICIAIS (POR MEDIDA, ANTI-ALÉRGICOS, PINTADOS À MÃO E INQUEBRÁVEIS)

TESTES GRATUITOS À VISÃO E NA ADAPTAÇÃO DE LENTES DE CONTACTO

CONSULTAS MÉDICAS DIÁRIAS GRATUITAS NA COMPRA DE ÓCULOS OU LENTES DE CONTACTO

LENTE COSMÉTICAS (PARA MUDANÇA DE COR DE OLHO)

20% DE DESCONTO AOS SÓCIOS DA ADFA (EXCEPTO SE USUFRUIR DE OUTROS DESCONTOS OU ARTIGOS EM CAMPANHA)

**UM
OLHAR
PARA
O FUTURO**

Centro Ocular Iberlente, Lda. Rua Passos Manuel, 4-C — 1150 Lisboa
Telf. (01) 352 06 49 Fax (01) 357 02 37

Muitas das cartas que chegam à Redacção do ELO são demasiado extensas. Agradecemos que, no futuro, os seus autores sejam o mais objectivos e sintéticos possível para que os textos possam ser publicados na íntegra. De outro modo, ver-nos-emos obrigados a publicar apenas o essencial das cartas, eliminando o que nos parecer menos importante, procedimento que pretenderíamos evitar a todo o custo, pois poderá ser interpretado como forma de censura. Escrevam sempre. Exponham os vossos pontos de vista, as vossas críticas, os vossos problemas, os vossos anseios, de forma objectiva, isenta e sem considerações a despropósito, mas esforcem-se por ser breves. O ELO agradece a vossa colaboração e poderá, deste modo, dar a palavra a maior número de associados.

Aerograma III

Relativamente à resposta ao meu escrito «Aerograma II aprovada por unanimidade - pelo CFN, na sua reunião de 06/02/98 fazendo o desmentido formal para repor totalmente a verdade.

Primeiro: declaro que, conforme facilmente se poderá comprovar tratou-se de um lapso, quando mencionei no dito escrito, que tomaram posse três elementos afectos à Lista B para o CFN, pois é evidente que queria dizer CN.

Segundo: ora, o que se passou, muito antes do Jornal sair, alertei o 2º Secretário da DN, bem como o Presidente do CFN, que houve um lapso da minha parte, quando redigi o meu artigo de opinião, isto, como já foi referido anteriormente à saída do Jornal «ELO» de Março de 1998.

Terceiro: é com grande tristeza minha que verifico que «todos os elementos do CFN revelam grande perfeccionismo relativamente a este lapso que cometi, ao reunirem de emergência para tomarem uma posição, a qual foi tomada por unani-

midade, para reporem a verdade cabal dos factos, mas não os vi tomarem qualquer posição, nem sei onde se encontravam quando foram publicados os resultados Eleitorais para todos os Órgãos Sociais Nacionais eleitos (MAGN, DN e CFN) para o triénio 1997/2000 no Jornal ELO de Dezembro de 1997, aliás conforme os Estatutos o preveem e o exigem.

Quarto: também não vislumbro que o meu artigo possa ter contribuído para destabilizar, desprestigiar, e criar mau ambiente afectando o prestígio e o bom nome da ADFA, porquanto como já foi referido, tratou-se de um mero lapso, mas felizmente poderei dormir descansado, porquanto penso que não me será levantado nenhum processo disciplinar por tal notícia.

Não pretendo, não desejo e não quero alimentar qualquer polémica à cerca desta temática, pois penso que o assunto ficará definitivamente encerrado, pela minha parte, mas como é óbvio não poderia calar-me com tamanho perfeccionismo demonstrado pelo CFN.

José Alberto Bento
Raimundo
Sócio n.º 11521

Que justiça?

Sou o associado que em 19 de Janeiro de 1996 foi agredido pelo sargento da GNR de Barcarena. Fui injuriado e comigo todos os «DFAS» em geral, porque o sargento referiu afirmações injuriosas e grandemente ofensivas contra os DFAS.

Em devida altura, a ADFA noticiou este triste facto, no «ELO», e fi-lo chegar ao conhecimento de diversas entidades oficiais, nomeadamente ao Comando Geral da GNR.

Como devem recordar, eu participei do referido agressor, sobre o qual incide neste momento, um processo crime na Justiça Militar. O agressor também participou de mim, prática habitual quando há uma agressão física, para que a Justiça seja mais benevolente a seu favor.

O processo que ele moveu contra mim tem julgamento marcado para 29 de Outubro de 1998. O agressor tornou-se vítima, e ainda pede uma indemnização pelo facto de eu ter participado dele.

Então onde está a Democracia? Será que tendo sido vítima de maus tratos, agressões e injúrias não me posso queixar aos tribunais?

A propósito, passo a citar uma célebre frase do saudoso poeta Zeca Afonso:

« Não me obriguem a vir para a rua gritar ».

Será que a nossa Associação não está interessada em limpar as calúnias e a sua própria honra, a de um seu associado, e de todos aqueles que na guerra colonial derramaram o seu sangue em defesa da Pátria? Será que todos os familiares daqueles que orgulhosamente lutaram pela sua Pátria, não se sentirão ofendidos? Certamente que sim. Tenho recebido bastante apoio e solidariedade dos ex-camaradas combatentes, tanto por carta, por telefone, ou pessoalmente. Estamos todos de acordo que isto não é mais do que um atentado aos direitos humanos.

Manuel Martins
Teixeira
Sócio n.º 1039

Nota da Redacção

Em virtude da DN ter tomado conhecimento da carta antes da sua publicação, através do seu autor, o ELO ouviu a DN que, sobre o assunto, manifestou total disponibilidade para apoio ao associado sugerindo mesmo que o advogado entrasse em contacto com a Associação, no sentido de encontrar formas de apoio possível.

Adiantou também a DN que inicialmente foi exposta, por ofício, toda a situação ao comando da GNR, tendo este respondido. Face ao teor da resposta, a ADFA expôs de novo toda a matéria ao ministro da Administração Interna, com conhecimento à Comissão de Direitos, Liberdades e Garantias da Assembleia da República e Comando da GNR. Foi recebido ofício do ministro da Administração Interna em que, face à divergência das versões e às duas queixas crime pendentes, se sugeria que aguardasse o desfecho judicial.

IBERPEÇAS
SOBRESSALENTES AUTO, LDA.

ALHAMBRA



OFICINAS / PEÇAS

RUA CIDADE DE RABAT, LTE. 2-B - 1500 LISBOA - TELF. 778 60 07
RUA HERÓIS DO CHAIMITE, LTE. 8 - 2675 ODIVELAS - TELF. 937 60 40

STANDS

AV. ALMIRANTE GAGO COUTINHO, Nº83 - LOJA - 2675 PÓVOA DE STº ADRIÃO
RUA ELIAS GARCIA, LTE. 8-B - VENDA NOVA - 2700 AMADORA

CONTACTOS

ALBERTO PINTO: TELF. 757 04 22 - TLM 0931 26 61 53
LUÍS MENÉZES: TELF. 937 60 40 - TLM 0931 85 42 45



Associação dos Deficientes das Forças Armadas



MINISTÉRIO DA SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL
PROGRAMA OPERACIONAL INTEGRAR



MEDIDA 3
- INTEGRAÇÃO SÓCIO-ECONÓMICA
DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA -

1998

Cursos de Formação Profissional para Deficientes Motores,
Orgânicos e Auditivos
(M/F)

• ESCRITÓRIO ELECTRÓNICO

Requisitos:

9º Ano de Escolaridade
Idade entre os 16 e os 44 Anos
Nacionalidade Portuguesa
Desempregados

INSCRIÇÕES ATÉ 15 DE ABRIL

Av. Padre Cruz - Edifício ADFA
1600 Lisboa
Telef.: 7570422 EXT 225
Fax: 7571319



«CENTRO MÉDICO AMATUS LUSITANUS»

URGÊNCIAS DENTÁRIAS
&
SERVIÇO MÉDICO PERMANENTE

Linda-a-Velha (01) 414 69 90 Lagos (082) 764189
Algés (01) 411 46 66 Castelo Branco (072) 321129
Pinhal Novo (01) 2381694 Ambul. Tagus (01) 4784333

Convenções com ADMG, ADME, ADSE, CGD, CTT, CABLESA,
EDP, MJ, SAMS (outros ex-Marconi, Telecom)
Atendimento privilegiado aos sócios da ADFA e reformados

Aberto aos sábados, domingos e feriados

Este espaço destina-se a auxiliar associados e leitores a tomar conhecimento das principais alterações legislativas publicadas mensalmente que, directa ou indirectamente, tenham interferência na vida dos deficientes. O resumo e informação de parte da nova legislação publicada no Diário da República são da responsabilidade do Gabinete Jurídico da ADFA.

Legislação do mês

Resumo de alguns diplomas legislativos publicados entre 15FEV98 e 15MAR98

Portaria 65/98, de 16 de Fevereiro

Altera alguns artigos do Regulamento do Código da Estrada, estabelecendo um conjunto de sinais verticais de pré-sinalização e de direcção específicos com vista à orientação do trânsito durante o período da Expo 98.

Direcção de Administração e Mobilização do Pessoal - Repartição de Pessoal Militar Permanente

(DR 39, IIª Série, de 16FEV98)

Publica mais uma listagem das promoções, ao abrigo do Decreto-Lei 134/97, de 31 de Maio, dos militares do exército.

Lei 9/98, de 18 de Fevereiro

A Assembleia da República concede ao governo autorização legislativa para alterar o regime jurídico da adopção.

Lei 10/98, de 18 de Fevereiro

Autorização concedida ao Governo para legislar sobre o regime geral de recrutamento e selecção de pessoal para os quadros da Administração Pública.

Decreto-Lei 35/98, de 18 de Fevereiro

Actualiza o salário mínimo nacional a vigorar no ano de 1998. A remuneração mínima mensal dos trabalhadores por conta de outrem é de 58.900\$00 e para os serviços domésticos de 54.100\$00.

Portaria 68/98, de 18 de Fevereiro

Aprova os novos modelos de impressos da declaração modelo 2 do IRS e dos anexos A, B, B1, C e E, para os rendimentos de 1997.

Mantêm-se em vigor os modelos de impressos das declarações de rendimentos anexos C1, D, F, G e I.

Despacho nº 3010/98, Ministério do Trabalho e da Solidariedade, de 18 de Fevereiro

Procede à criação e constituição dos Núcleos de Acompanhamento das Empresas em Risco (NAER) a funcionar junto dos Centros Regionais de Segurança Social.

Portaria 76/98, de 19 de Fevereiro

Fixa o preço da habitação por metro quadrado indispensável ao cálculo do valor actualizado da habitação, bem como o preço de aquisição de terrenos às autarquias locais em que se encontrem implantados empreendimentos do Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado (IGAPHE) ou do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (IGFSS).

Comando de Pessoal da Força Aérea - Direcção de Pessoal (DR 43, IIª Série, de 20FEV98)

Publica uma listagem das promoções, ao abrigo do Decreto-Lei 134/97, de 31 de Maio, dos militares da Força Aérea.

Decreto-Regulamentar 3/98, de 23 de Fevereiro

Vem dar execução à Lei 20/97, de 19JUN, onde se estipula que o tempo de detenção, de prisão e de clandestinidade, por razões políticas, decorrido no âmbito do regime derrubado em 25ABR74, é objecto de contagem, especialmente para a determinação do montante das pensões de invalidez, velhice e sobrevivência.

Este decreto regulamentar, define, assim, as regras quanto à composição, competência, e funcionamento da comissão que vai apreciar os requerimentos e quanto aos procedimentos especiais a observar pelos requerentes para a obtenção deste mesmo benefício.

A comissão é constituída por três membros, nomeados pelos Ministros da Administração Interna, da Justiça e do Trabalho e da Solidariedade e compete-lhe elaborar e aprovar o seu regulamento interno; apreciar os requerimentos; solicitar aos interessados declarações e provas e efectuar diligências que considere necessárias.

O requerimento deverá ser dirigido à comissão, acompanhado de certidão comprovativa dos factos alegados, emitida, gratuitamente, pelos serviços competentes e declaração, sob compromisso de honra, que a contagem de tempo não é relevante para a atribuição de outras prestações da mesma natureza.

Se a comissão deferir o requerimento, total ou parcialmente, remete-lo-á ao Centro Regional de Segurança Social que abrange o beneficiário ou ao Centro Nacional de Pensões, se o interessado for pensionista, acompanhado de certidão com o nome, número de beneficiário do interessado e o período de tempo em que ocorreram as situações de prisão, de detenção e de clandestinidade, com menção das respectivas datas início e fim. Esta certidão será acompanhada dos documentos anexos ao requerimento. A instituição de segurança social, depois de verificada a não sobreposição do período em causa (este período de tempo não pode ser anterior ao sistema de previdência em Portugal) em qualquer regime de pensões, procede à contagem de tempo para efeitos de taxa de formação das pensões de invalidez, velhice e sobrevivência.

Despacho 3246/98, Direcção-Geral de Viação, de 23 de Fevereiro

Vem assegurar que nas inspecções periódicas se faça um controle mais adequado das características dos pneus e da uniformidade da estrutura de todas as jantes e pneus montados no veículo.

Lei 11/98, de 24 de Fevereiro

A Assembleia da República concedeu autorização legislativa ao Governo para legislar sobre o regime de duração e horário de trabalho na Administração Pública.

Lei 12/98, de 24 de Fevereiro

Altera alguns artigos à L 64/93, de 26AGO, com alterações introduzidas pela L 28/95, de 18AGO, que estabelece o regime jurídico de incompatibilidades e impedimentos dos titulares de cargos políticos e altos cargos públicos.

Lei 13/98, de 24 de Fevereiro

Lei de Finanças das Regiões Autónomas que tem por objecto a definição dos meios de que dispõem as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira para a concretização da autonomia financeira consagrada na Constituição e nas estruturas Político-Administrativas.

Despacho Normativo 12/98, de 25 de Fevereiro

O DL 133-A/97, de 30MAI, veio estabelecer o regime de licenciamento e fiscalização dos estabelecimentos e serviços de apoio social do âmbito da Segurança Social.

Vem, agora, este despacho aprovar as normas reguladoras das condições de

instalação e funcionamento dos lares para idosos.

Despacho 3332/98, Ministério da Administração Interna, de 25 de Fevereiro

O novo regime de uso e porte de arma (L 22/97, de 27JUN e L 93-A/97, de 22AGO) impõe, para a emissão ou renovação de licença de uso e porte de arma de defesa, de caça, de precisão e de recreio, a emissão de certidão comprovativa de que o interessado não foi condenado por condução sob o efeito do álcool.

Este procedimento tem criado alguma morosidade no deferimento da renovação de licenças, pelo que a certidão passa a ser substituída por declaração, sob compromisso de honra do interessado, que acompanhará o requerimento dirigido à Direcção-Geral de Viação (DGV) (modelo 1406 da INCM) e cheque no valor da respectiva taxa que serão entregues na PSP onde é pedida a renovação da licença. A PSP envia o requerimento e taxa à DGV e esta entidade envia à PSP a respectiva certidão.

Se o interessado prestar falsas declarações, nomeadamente omitir o facto de já ter sido condenado por condução sob o efeito do álcool, a PSP promoverá a cassação da licença de uso e porte de arma e remeterá ao Ministério Público auto de notícia por crime de falsificação de documento.

Despacho 3351/98, Ministério do Trabalho e da Solidariedade, de 25 de Fevereiro

Cria e constitui os Núcleos de Averiguação de Ilícitos Criminais (NAIC) que irão funcionar junto dos centros regionais de segurança social, e o Grupo Nacional de Coordenação de Averiguação de Ilícitos Criminais. Estes grupos visam, fundamentalmente, combater a fraude e evasão contributivas à segurança social.

Decreto-Lei 39/98, de 27 de Fevereiro

Cria o Conselho Consultivo para os Assuntos da Imigração com o objectivo de «assegurar a participação e a colaboração das associações representativas dos imigrantes, dos parceiros sociais e das instituições de solidariedade social na definição das políticas de integração social e de combate à exclusão».

Este Conselho está na dependência da Presidência do Conselho de Ministros, no âmbito das competências do Alto-Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas.

Decreto-Lei 40/98, de 27 de Fevereiro

Vem fixar a duração máxima dos contratos de trabalho a termo certo, na área do rendimento mínimo garantido, que é de 1 ano, renovável por iguais períodos, até ao limite de 3 anos.

Portaria 234/98, Ministério da Defesa Nacional, de 27 de Fevereiro

Aprova o modelo de Livrete de Saúde para a Marinha, Exército e Força Aérea, como documento pessoal e de uso obrigatório para todos os militares do Quadro Permanente, Regime de Contrato e Regime de Voluntariado.

Deste Livrete de Saúde passam a constar todas as informações clínicas consideradas relevantes ou que possam ser susceptíveis de ter consequências futuras e que ocorram durante o período de vida militar activa.

Decreto-Lei 42/98, de 3 de Março

Estabelece um sistema extraordinário de incentivos fiscais, aplicável aos sujeitos passivos de IRC, residentes em território português, que exerçam a título principal uma actividade industrial, comercial ou agrícola e aos residentes com estabelecimento estável nesse território, dirigidos à promoção do autofinanciamento, do reforço de capitais próprios e do fomento do investimento produtivo das micro e pequenas e médias empresas.

Estes benefícios aplicam-se aos períodos de tributação que se iniciem em 98, 99 e 2000 e não são acumuláveis com outros de idêntica natureza ou análogos.

Decreto-Lei 44/98, de 3 de Março

Estabelece um pagamento especial por conta, com redução da taxa do IRC em 2 pontos percentuais, sobre os rendimentos dos anos de 1998 e seguintes, para as pessoas colectivas sujeitas a IRC, pelo que procede à alteração de alguns artigos do Código do IRC.

Decreto-Lei 45/98, de 3 de Março

Procede à alteração de alguns artigos do Código do IRS e Código do IRC, tendo em conta a introdução de um conjunto de medidas tendentes ao aperfeiçoamento global do sistema de tributação de rendimentos.

Em sede de IRS destacam-se as seguintes alterações: critério de quantificação do valor de uso dos imóveis destinados a habitação, aperfeiçoamento das regras de apuramento, fixação e alteração dos rendimentos, por iniciativa dos serviços; criação de novo modelo de impresso destinado à declaração dos rendimentos pagos a sujeitos passivos não residentes; autonomização da profissão de economista e designação da profissão de técnico oficial de contas.

Em sede de IRC altera-se o regime jurídico da autoliquidação; o termo da contagem dos juros compensatórios e o prazo para a apresentação da declaração.

Despacho 3581/98, Ministério da Defesa Nacional, de 3 de Março

Constitui uma comissão com o objectivo de elaborar um relatório sobre o novo modelo do sistema universitário das Forças Armadas Portuguesas, tendo em vista o desenvolvimento de capacidades para o cumprimento eficaz das missões de soberania nacional, de participação em operações multinacionais humanitárias e de paz, de cooperação técnico-militar com os países africanos de língua portuguesa e com o Brasil, bem como o cumprimento de outras tarefas de interesse público.

Repartição do Pessoal Militar Permanente - Exército (DR 52, IIª Série, de 3MAR98)

Publica uma listagem das promoções, na qual consta um militar abrangido pelo DL 134/97, de 31MAI.

Declaração 68/98, Direcção-Geral dos Impostos, de 4 de Março

Publica os seguintes novos modelos de impressos de IRC: declaração de rendimentos modelo 22; anexo 22-A; anexo 23; anexo 32.1 e modelo 42.

Despacho 3918/98, Direcção-Geral de Viação, de 6 de Março

Das inspecções periódicas obrigatórias aos veículos automóveis e aos reboques já consta a verificação do sistema de travagem, contudo, é estabelecida uma nova classificação de deficiências nos sistemas de travagem.

Quando não se proceda à correcção de uma deficiência Tipo 1 verificada em inspecção ou reinspecção anterior, obriga o inspector a classificá-la como deficiência do Tipo 2, na nova inspecção.

Despacho 4233/98, Ministério da Defesa Nacional, de 12 de Março

Actualiza os valores K e C das tabelas de comparticipação na assistência na doença aos militares. Os valores K e C das tabelas 2 (meios de terapêutica), 3 (actos médicos cirúrgicos e não cirúrgicos), 4 (estomatologia e instrumentos de prótese) e 6 (enfermagem) são actualizados em 2,75%, produzindo efeitos a partir de 01ABR98. Os valores K e C, a partir de 1999, são automaticamente alterados na mesma percentagem da actualização do índice 100 da escala salarial aplicável aos militares das Forças Armadas. Estas actualizações produzirão efeitos a partir do 1º dia do mês seguinte ao da publicação da portaria que actualiza o referido índice.

Decreto-Lei 47/98, de 7 de Março

Cria a base de dados dos recursos humanos da Administração Pública (BDAP) que é constituída por dados pessoais de todos os funcionários e agentes da administração pública central, regional e local, incluindo os magistrados, militares e forças militarizadas, bem como do pessoal vinculado por contrato individual de trabalho, avença ou qualquer outro tipo de prestação de serviços.

Decreto do Presidente da República nº 8-A/98, de 9 de Março

Exoneração do Chefe de Estado-Maior-General das Forças Armadas, Almirante António Carlos Fuzeta da Ponte.

Decreto-Lei 50/98, de 11 de Março

Procede à reformulação das regras e dos princípios que regem a formação profissional da Administração Pública.

Decreto-Lei 53/98, de 11 de Março

Altera o artº 18º e adita o artº 18º-A ao Estatuto do Serviço Nacional de Saúde que permite a celebração de contratos de trabalho a termo certo, pelo prazo máximo de seis meses, renovável por iguais períodos, não podendo, contudo, a sua duração total exceder o prazo de dois anos.

Estes contratos de trabalho a termo certo são sempre celebrados por urgente conveniência do serviço e nos casos em que a insuficiência de pessoal o justifique, podem ser celebrados, a título excepcional, contratos de trabalho a termo certo pelo prazo máximo de três meses, renovável por um único igual período.

Decreto Legislativo Regional 5/98/A, de 11 de Março

De acordo com a política de prevenção, reabilitação e integração das pessoas com deficiência, a região autónoma dos Açores vem, através deste diploma, regular as modalidades de apoio a conceder às associações de portadores de deficiência e às associações que exerçam actividades nos domínios da prevenção da deficiência, da reabilitação e da educação especial.

Estes apoios são concedidos através de contratos de cooperação técnica e financeira, contratos de financiamento e subsídios.

HELENA AFONSO

Aniversário da ADFA

A Delegação do Porto assumiu o compromisso de levar a efeito as comemorações do 24º Aniversário, tendo sido escolhida a cidade de Santa Maria da Feira como palco principal dos festejos.

A escolha deste local deveu-se ao facto dos associados desta área se mostrarem dos mais empenhados na vida associativa da Delegação, constituindo um Núcleo dinâmico e participativo, como o demonstram todas as actividades que têm levado a cabo naquele concelho, assim como a sua participação nos actos eleitorais.

O presidente da Câmara Municipal disponibilizou-se a prestar todo o apoio necessário à iniciativa e também a ceder um local para a instalação do Núcleo de associados do concelho.

Comemorações em Stª Maria da Feira:

8 de Maio

16h00 - Conferência de Imprensa, no salão nobre da Câmara Municipal, com divulgação da ADFA, do programa comemorativo do 24º Aniversário e apresentação das reivindicações legislativas que ainda aguardam solução por parte do Governo.

11 de Maio

10h30 - Colóquio na Escola Secundária de Fiães (9º e 12º ano de escolaridade)

12 de Maio

8h30 - Colóquio na Escola C+S de Lourosa.

14h00 - Abertura das Exposições: Guerra Colonial - Uma História por Contar, autoria do Externato Infante D. Henrique de Ruilhe, Braga; Centro de Reabilitação Profissional de Gaia (CRPG). A exposição mantém-se aberta de 12 a 17 das 14h00 às 20h00, no Convento dos Loios. 21h00 - Colóquio sobre o mesmo tema, no Auditório do Convento dos Loios.

13 de Maio

8h30 - Colóquio na Escola Secundária de Stª Maria da Feira

14 de Maio

8h00 - Colóquio na Escola Preparatória EB 2-3 do Fiães, para o 6º ano; 14h30 - Colóquio na Escola Preparatória EB 2-3 de Fiães, para o 9º ano; 18h00 - Sessão Solene Comemorativa do 24º Aniversário da ADFA no Auditório do Convento dos Loios. 19h00 - Actuação do Grupo Coral dos Pupilos do Exército, na Igreja Matriz.

15 de Maio

8h30 - Colóquio na Escola Preparatória do Cavaco EB 2-3, para o 6º ano; 10h30 - Colóquio na Escola Preparatória do Cavaco EB 2-3, para o 9º ano; 16h00 - Abertura do 2º Acampamento Nacional da ADFA, que decorrerá até dia 17, na Quinta do Castelo.

16 de Maio

Programa desportivo em colaboração com Associações congéneres da área, durante o dia. 21h00 - Sarau Cultural, no Cine-Teatro, com a participação da Companhia Seiva Trupe do Porto, apresentação da peça Fumos de Glória, da autoria de António Faria e a apresentação do Cancioneiro do Niassa.

17 de Maio

11h00 - Missa na Igreja da Misericórdia em sufrágio dos associados falecidos.

13h00 - Almoço no Europarque com animação a cargo dos associados.

Comemorações noutras localidades:

3 de Maio

Aniversário da Delegação de Viseu

9 de Maio

Convívio em colaboração com a Associação de Pára-quedistas de Loures, no Cabeço de Montachique, em Loures.

10 de Maio

Concurso de Pesca da Delegação de Setúbal

24 de Maio

Aniversário da Delegação de Famalicão
Inauguração da nova Sede de Vila Nova de Famalicão

4 de Junho

Abertura na Sede Nacional, Lisboa, da Exposição Colectiva com o tema Guerra e Paz, que se prolongará até ao dia 30.

6 de Junho

Debate do Filme Artigo 22º na Sede da ADFA, Lisboa.



DIRECTOR: António Carreiro
PROPRIEDADE: Associação dos Deficientes das Forças Armadas
Administração e Redacção: Av. Padre Cruz - Ed. ADFA 1600 - Lisboa
Telefone: 01-7570502 Fax: 01-7571319
Email: adfa@mail.telepac.pt Internet: http://www.adfa-portugal.com



Nota da Redacção

Devido à necessidade de publicação do Relatório de Contas e Actividades do ano passado, esta edição do ELO sai transformada em relação à estrutura que tem vindo a seguir.

Na próxima edição o ELO retomará a linha habitual.

O editor

Reivindicações legislativas - Ponto da situação

É altura de dizer: basta!

As questões relativas aos Deficientes Militares têm sido tratadas no Ministério da Defesa Nacional (MDN) com o Ministro e Secretário de Estado da Defesa e a nível do Conselho Consultivo para os Assuntos dos Deficientes das Forças Armadas (CCADFA), tendo sido efectuado um trabalho paralelo a nível da Assembleia da República, na Comissão de Defesa e grupos parlamentares dos diversos partidos políticos.

Os representantes dos três ramos das Forças Armadas têm sido abordados várias vezes, em média uma vez por mês, para se tratar de assuntos individuais e ou pontuais de processos singulares ou de procedimentos administrativos que a ADFA pretende ver resolvidos ou regularizados, tem havido reuniões de trabalho com os Directores dos Serviços de Saúde de cada ramo e com os Directores dos Hospitais Militares.

A base de toda a acção em termos reivindicativos tem sido a inventariação completa de todas as questões pendentes, que está contida no documento, Estruturas de Apoio e Legislação para os Deficientes Militares, amplamente difundido por toda a Associação, tendo sido entregue ao MDN, em 11 de Janeiro de 1996.

O Ministro da Defesa na altura, António Vitorino, fez publicar um despacho, em 18

de Dezembro do mesmo ano em que criava o CCADFA, de acordo com a sugestão efectuada oportunamente pela ADFA. A morosidade da resposta do MDN, que levou quase todo o ano de 1997 a estudar o caderno reivindicativo básico, está bem patente em toda esta trajectória.

Entretanto, nas entrevistas que foram concedidas pelo Ministro e pelo Secretário de Estado da Defesa, a ADFA explicou, sensibilizou e exigiu uma resposta adequada aos problemas mais prementes.

Durante 1997 e princípio de 1998 foram realizadas sete reuniões do CCADFA, tendo a última tido lugar a 12 de Fevereiro de 1998.

Em Julho de 1997 foram enviados pelo MDN à Secretaria de Estado do Orçamento, três projectos de Diplomas Legislativos.

Ficou assente que voltaria a discutir-se estes diplomas depois da aprovação dos documentos enviados pelo MDN, pois será de admitir que haja correcções ou alterações que sejam propostas pelo Ministro das Finanças.

O actual Ministro da Defesa prometeu falar com o Ministro das Finanças acerca da questão, mas também nada se sabe destas diligências.

É chegada a altura de, convictos de estarmos dentro da razão e de termos esgotado todas as formas possíveis de diá-

logo, sairmos à praça pública. É fundamental alertar a opinião pública a nível local, regional e nacional da situação, não só na comunicação social, mas todas as forças vivas da Nação, dos partidos políticos às associações e instituições públicas e privadas.

Como reforço das posições que defendemos, é de salientar a contradição existente com a urgência que o Executivo do Governo teve em publicar o Decreto-Lei 134/97, que veio promover apenas alguns associados do quadro permanente já com pensão, em detrimento dos projectos legislativos de largo alcance social que aguardam decisão do Ministério das Finanças.

O Estado Português continua a não encarar de frente a situação. Tudo quanto se tem conseguido, consiste na relação pontual dos casos que são trazidos à ADFA.

Pensamos que chegou a altura de dizer muito energicamente basta e de exigir que o Governo tome posição.

Para isso, temos de apelar a toda a massa associativa, para que se deixem de actuações extra ADFA, que a ninguém vão beneficiar, sensibilizar a opinião pública e os órgãos de comunicação social e fazer sentir interna e externamente que o protelar destas questões não mais pode ser aceite.

A Direcção Nacional

TODAS AS RAZÕES

para nos visitar...

Todos os modelos disponíveis



Atendimento personalizado



Técnicos especializados



... E MAIS ALGUMAS!

Temos preços excepcionais para Si que é associado da ADFA



Contactos:
Rosário Jorge Telf.: 8 36 14 00
TM: 0931 25 50 23
Alberto Pinto Telf.: 7 57 05 83
TM: 0931 26 61 53

